

LISÂNGELA APARECIDA GUIRALDELLI

O MODO SUBJUNTIVO E A  
EXPRESSÃO DAS MODALIDADES  
EPISTÊMICA, DEÔNTICA E  
VOLITIVA



1910001364



**LISÂNGELA APARECIDA GUIRALDELLI**

**O MODO SUBJUNTIVO E A  
EXPRESSÃO DAS MODALIDADES  
EPISTÊMICA, DEÔNTICA E  
VOLITIVA**

São José do Rio Preto  
2004



**LISÂNGELA APARECIDA GUIRALDELLI**

**O MODO SUBJUNTIVO E A  
EXPRESSÃO DAS MODALIDADES  
EPISTÊMICA, DEÔNTICA E  
VOLITIVA**



Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de concentração: Análise Linguística)

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marize Mattos  
Dall'Aglio-Hattnher

São José do Rio Preto  
2004



41

6965m

80101003

04/03/2005

Doação

R\$ 25,00

Autor(a)

076/2005

78/05

Guiraldelli, Lisângela Aparecida.

O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva – São José do Rio Preto : [s.n.], 2004.

104 f. : il; 30 cm.

Orientadora: Marize Mattos Dall'Aglío-Hattnher

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

1. Modalidade (Linguística). 2. Gramática Funcional. 3. Subjuntivo. 4. Discurso. II. Dall'Aglío-Hattnher, Marize Mattos. II. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'1

## COMISSÃO JULGADORA

### Titulares

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marize Mattos Dall’Aglío-Hattnher – Orientadora  
Unesp – São José do Rio Preto

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Cecília S. Rodrigues  
USP – São Paulo

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves  
Unesp – São José do Rio Preto

### Suplentes

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Cristina Casseb Galvão  
UFG – Goiânia

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho  
Unesp – São José do Rio Preto



*Aos meus pais e ao meu marido,  
dedico este trabalho.*



## AGRADECIMENTOS

À *Marize*, orientadora desde os primeiros passos e grande amiga, agradeço pela condução segura e competente. Sua paciência e compreensão foram essenciais para o meu crescimento intelectual e pessoal, e para que eu pudesse seguir em frente.

Ao *Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves* e ao *Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho*, pelas contribuições e sugestões que deram na ocasião do exame de qualificação.

À *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Flora Brunelli*, pela disposição em me ajudar.

À *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Denise Gasparini-Bastos*, pelos textos.

Aos velhos e bons amigos *Eliana, Maristela, Ana Rafaella e família, Marcelo, Daniela, Fabiana*,

E aos novos e não menos importantes amigos *Edson, Marcos, Janeci, Regina, Lucivânia, Valéria, Priscilla, Maria Luiza, Ana Maria e Silvia*, meu agradecimento pela solidariedade, incentivo e, acima de tudo, pela amizade.

A toda minha família pelo amor incondicional e pelo apoio constante; sou grata aos meus avós, *Maria e Américo*, aos meus tios *Ana, Néri e Sirlei*, e aos meus primos *Joyce, Fabrício, Danilo, Danusa e Francieli*.

À *Dola* pelo empréstimo de vários exemplares da revista *Superinteressante*.

Aos *colegas* do Projeto ALiRP, em especial ao coordenador *Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves*, pelo apoio logístico.

À *Aline, Rui, David, Dona Margarida e Sr. Braz*, pelo apoio e interesse constante.

E a todos que, embora não tenha citado, participaram de maneira indireta e torceram para que eu chegasse ao final de mais uma etapa. Muito obrigada!

## AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Minha gratidão eterna à Família *Dall'Aglio-Hattnher* pela ajuda e incentivo, e pelo respeito e carinho que sempre tiveram por mim.

À querida amiga *Ana Maria*, sempre presente e pronta a ajudar, não medindo esforços e, por várias vezes, abrindo mão de seus compromissos para ouvir minhas dúvidas.

Aos meus pais, *Leila e João*, início de tudo e meu porto seguro. Obrigada pelo amor e confiança sempre!

Ao *Ricardo*, meu eterno “namorado”, e incentivador de todos os momentos.



*Há pensamentos que são verdadeiras  
orações. Em dados momentos, seja qual  
for a postura do corpo, a alma está de  
joelhos.*

*Victor Hugo*





## RESUMO

GUIRALDELLI, L. A. *O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva*. 2004, 104f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

O presente trabalho tem por objetivo verificar o papel do modo subjuntivo no português escrito do Brasil e sua relação com a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva. O modo subjuntivo é empregado para expressar uma série de valores. Em função desta multiplicidade de valores relacionados à atitude do falante, o entendimento deste modo verbal está intimamente ligado à categoria da modalidade. Pelo emprego do modo subjuntivo, o falante pode apresentar uma ação como ainda não realizada, decorrendo desse emprego um menor comprometimento do falante com a verdade da proposição por ele expressa. As análises das funções comunicativas das estruturas gramaticais subjuntivas foram feitas em dois tipos de textos persuasivos e notáveis pela manifestação de conhecimento, obrigação e volição: discursos políticos presidenciais, proferidos por Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e, discursos de divulgação científica, voltados para as áreas de humanas, exatas e biológicas, retirados das revistas *Ciência Hoje* e *Superinteressante*. Essa investigação se desenvolve dentro de uma perspectiva funcional da linguagem, já que o entendimento de uma estrutura só poderá ser atingido se consideradas suas funções semânticas e comunicativas.

Palavras-chave: modalidade, modo subjuntivo, discurso político e científico.



## ABSTRACT

GUIRALDELLI, L. A. *O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva*. 2004, 104f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

The purpose of this research is to verify the role of subjunctive mood in Brazilian written Portuguese, and their relation to the expression of epistemic, deontic, and volitive modalities. Subjunctive mood is used to express several values, and because of this multiplicity of values related to speaker's attitude, the understanding of this mood is closely associated with modality. Using subjunctive mood, the speaker can present an action as it is not realized yet, arising from this use a lesser commitment from the speaker with the truth of the proposition expressed by himself. The analysis of the communicative functions of the subjunctive grammatical structures have been done in two types of persuasive texts that are notable for the manifestation of knowledge, obligation and volition: presidential politician discourses, pronounced by Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, and Luiz Inácio Lula da Silva, and scientific discourses, turned to humaneness, biological and exact areas, extracted from *Ciência Hoje* and *Superinteressante*. This research developed within a functional perspective of language, since the understanding of a structure can only be reach if its semantic and communicative functions will be considered.

Key words: modality, subjunctive mood, politician and scientific discourses.



## SUMÁRIO

|                                                                                                     |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>LISTA DE QUADROS, ESQUEMAS E TABELAS.....</b>                                                    | <b>12</b> |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                              | <b>13</b> |
| 1. Natureza e objetivos da pesquisa.....                                                            | 13        |
| 2. Procedimentos metodológicos.....                                                                 | 14        |
| 3. Organização geral do trabalho.....                                                               | 16        |
| <b>CAPÍTULO I - SUBJUNTIVO, MODO E MODALIDADE.....</b>                                              | <b>18</b> |
| 1. O Modo Subjuntivo.....                                                                           | 18        |
| 2. As Modalidades.....                                                                              | 29        |
| 3. Relação entre Subjuntivo e Modalidade.....                                                       | 41        |
| <b>CAPÍTULO II - DISCURSO CIENTÍFICO E DISCURSO POLÍTICO: SABERES<br/>E DEVERES.....</b>            | <b>49</b> |
| 1. O Modelo de Interação Verbal de Dik e os Discursos Científico e Político.                        | 49        |
| <b>CAPÍTULO III - O COMPORTAMENTO DO MODO SUBJUNTIVO NO<br/>DISCURSO CIENTÍFICO E POLÍTICO.....</b> | <b>63</b> |
| 1. Constituição do Corpus e Procedimentos de Análise.....                                           | 63        |
| 2. Análise e Discussão dos Dados.....                                                               | 75        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                    | <b>94</b> |



|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>             | <b>98</b> |
| 1. Referências Utilizadas.....      | 98        |
| 2. Textos do Córpus Analisados..... | 103       |
| Discursos Científicos.....          | 103       |
| Discursos Políticos.....            | 104       |

## LISTA DE QUADROS, ESQUEMAS E TABELAS

### Capítulo I

*Quadro 1: Estrutura da oração em camadas.....* 35

*Quadro 2: Esquema escalar.....* 44

### Capítulo II

*Esquema 1: Modelo de interação verbal de Dik.....* 51

### Capítulo III

*Tabela 1: Tipo de discurso/Tipo de modalidade do predicado encaixador.....* 75

*Tabela 2: Valores do predicado epistêmico.....* 78

*Tabela 3: Valores do predicado epistêmico na predicação e na proposição... 78*

*Tabela 4: Valores do predicado deôntico.....* 80

*Tabela 5: Valores do predicado volitivo.....* 82

*Tabela 6: Categoria do predicado matriz ..... 83*

*Tabela 7: Tipo de modalidade/Modo da oração encaixada.....* 85

*Tabela 8: Caráter irrealis da oração encaixada/Modo da oração encaixada. 87*

*Tabela 9: Presença de negação/Modo da oração encaixada.....* 90

*Tabela 10: Valores do predicado epistêmico/Modo da oração encaixada.....* 91

*Tabela 11: Camada do predicado epistêmico/Modo da oração encaixada.....* 91

# INTRODUÇÃO

## 1. NATUREZA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Adotando uma perspectiva funcional da linguagem, que engloba aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de maneira integrada e que leva em consideração a competência comunicativa dos indivíduos, esta pesquisa pretende desenvolver um estudo sobre o emprego do modo subjuntivo em língua portuguesa, especificamente no português escrito do Brasil. Embora descrito, genericamente, como o modo da indicação de incerteza do falante, o subjuntivo pode também ser utilizado para expressar uma série de valores diferentes, não necessariamente ligados à manifestação de incerteza.

No português, os estudos sobre modo subjuntivo têm priorizado a descrição da forma das orações subjuntivas. Neste trabalho, procuraremos analisar não só a forma, mas, principalmente, a função e o efeito de sentido que resultam do emprego do subjuntivo na língua portuguesa. Para tanto, será necessário esclarecermos a relação entre modo e modalidade, de forma a estabelecer os limites e os valores de cada uma dessas categorias.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma análise das razões semânticas e discursivas que determinam o uso do subjuntivo, especialmente em contextos modalizadores. Além disso, estabelecemos também



alguns objetivos específicos, como, por exemplo: (i) descrever a forma e a função das orações subjuntivas em língua portuguesa e sua relação com a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva; (ii) analisar, no contexto sintático das orações subordinadas substantivas, os diferentes valores resultantes da relação entre valores modais do predador e o modo subjuntivo; (iii) verificar qual o efeito de sentido decorrente do emprego do subjuntivo em orações negativas. Em outras palavras, buscaremos um entendimento da relação existente entre modo subjuntivo, modalidade e polaridade.

Para o alcance desses objetivos serão buscadas evidências empíricas em dois tipos de textos: discursos políticos e científicos. A análise desses textos se justifica pelo fato de o subjuntivo assumir importante papel na construção da persuasão e, também, pelo fato de os tipos de textos escolhidos favorecerem a expressão de valores epistêmicos, deônticos e volitivos, todos relacionados ao uso do subjuntivo.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Neves (1997), uma descrição completa dos fatos da língua exige a consideração de fatores externos ao discurso, relacionados às suas condições de produção, uma vez que a gramática funcional prioriza a competência comunicativa, ou seja, a capacidade que os falantes têm de interagir com a língua de maneira socialmente satisfatória. Para tanto, é preciso que as estruturas das



expressões lingüísticas sejam consideradas como funções que acabam por desempenhar papel importante na interação verbal dos falantes de uma língua. Como afirma Newmeyer (1998), o funcionalismo, com seus representantes na Escola de Praga, em Genebra, em Londres e na Holanda, não é aquele que estuda simplesmente a interação da forma e significado, discurso e processo. O autor concorda com a afirmação de Nichols (apud NEWMEYER, 1998, p. 10), segundo a qual a “[gramática funcional] analisa a estrutura gramatical, assim como o faz a gramática formal e estrutural, mas analisa também a situação comunicativa como um todo: o propósito do evento de fala, seus participantes, seu contexto discursivo.”<sup>1</sup>

Aceitando os pressupostos do funcionalismo, o presente estudo buscará a descrição das estruturas sintáticas em que o subjuntivo ocorre, dos valores semânticos a ele atribuídos e dos efeitos de sentido decorrentes de seu emprego. Essa pesquisa se desenvolve, portanto, dentro de uma perspectiva funcionalista da linguagem (Hengeveld, 2002; Dik 1997; Givón, 1995; Siewierska, 1991), segundo a qual o entendimento de uma determinada estrutura só poderá ser atingido se consideradas suas funções semânticas e comunicativas.

Para a realização dessa pesquisa, serão utilizados como corpus discursos científicos e discursos políticos retirados de revistas, artigos e sites especializados.

---

<sup>1</sup> [Functional grammar] analyzes grammatical structure, as do formal and structural grammar, but it also analyzes the entire communicative situation: the purpose of the speech event, its participants, its discourse context. (tradução minha)



Uma vez levantadas as ocorrências das orações subjuntivas relacionadas às modalidades epistêmica, deôntica e volitiva manifestadas nos discursos científicos e políticos selecionados, na etapa da análise dos dados buscaremos suas funções discursivas, nesse tipo de interação, especialmente a função de (des)comprometimento do falante<sup>2</sup>. Para tanto, serão analisados fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos, tais como as diferentes construções em que o subjuntivo ocorre, os tipos de verbos que mais ocorrem com complementos oracionais subjuntivos, os valores e as categorias expressas pelos predicados encaixadores, o caráter factivo do encaixadores verbais, o tempo e o caráter *realis/irrealis* da oração encaixada. Verificaremos, também, o efeito de sentido decorrente do subjuntivo em orações negativas, buscando analisar o maior ou menor comprometimento do falante com o que diz, e analisar o papel que as orações subjuntivas exercem na construção da persuasão em discursos que primam pelas manifestações do saber e do dever.

### 3. ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: no Capítulo I, *Subjuntivo, modo e modalidade*, encontram-se as definições operatórias para modo e modalidade, além da discussão teórica inicial da relação que se estabelece entre essas duas categorias no contexto sintático específico das

---

<sup>2</sup> Neste trabalho o termo “falante” está sendo empregado no sentido de usuário da língua.



orações subordinadas. Encontram-se também, alguns pressupostos teóricos da Gramática Funcional, teoria que sustenta nossas análises.

O Capítulo II, *Discurso científico e discurso político: saberes e deveres*, é dedicado ao modelo de interação verbal de Dik (1989) e às semelhanças e diferenças entre os dois tipos de discursos selecionados.

O Capítulo III, *O comportamento do subjuntivo no discurso político e no discurso científico*, trata da constituição do corpus, da descrição dos fatores de análise utilizados, da análise e discussão dos dados e dos resultados obtidos por meio da descrição do corpus.

Nas Considerações Finais, resumimos os resultados atingidos nesse trabalho, trazendo reflexões sobre a análise realizada.



# CAPÍTULO I

## SUBJUNTIVO, MODO E MODALIDADE

### 1. O MODO SUBJUNTIVO

O modo subjuntivo, também chamado de conjuntivo, é definido nas gramáticas normativas como o modo que designa um estado-de-coisas possível ou contingente. Em outras palavras, o subjuntivo expressa os fatos descritos pela oração como algo provável, duvidoso, incerto, eventual ou irreal. Essa definição, ainda que verdadeira, parece não dar conta da variedade de valores expressos pelo subjuntivo, já que a eventualidade, a incerteza ou a irrealidade por ele expressa dependem estreitamente da vontade, da imaginação ou do sentimento do falante.

Segundo Cunha e Cintra (1985), o subjuntivo denota que uma ação ainda não realizada é concebida como dependente de outra, que está expressa ou subentendida. Dessa maneira, o subjuntivo pode ser considerado o modo verbal da oração subordinada ou dependente. Nas orações subordinadas substantivas, o uso do subjuntivo é determinado por verbos da oração principal que indicam vontade, desejo, dúvida, proibição, ordem, necessidade, probabilidade. Nas orações subordinadas adjetivas, o subjuntivo está presente quando o verbo



exprime consequência, hipótese, conjectura, suposição ou fato improvável. Nas orações subordinadas adverbiais, por sua vez, o subjuntivo se manifesta expressando diferentes graus de certeza.

De acordo com Bechara (1999), o subjuntivo ocorre também em orações independentes optativas, imperativas negativas e afirmativas, e dubitativas que expressam desejo, hipótese, dúvida, ordem ou proibição.

Mateus et al. (1983) associam os valores expressos pelo subjuntivo a diferentes estruturas sintáticas. Segundo as autoras, o modo subjuntivo ocorre nos casos em que há: i) estruturas de coordenação e subordinação, expressando vários graus de condicionalidade; ii) orações subordinadas em que o predador da oração subordinante é avaliativo ou volitivo, indicador de modalidade lexicalizada, atividade mental ou predicado de uma construção causativa; iii) orações subordinadas a orações subordinantes contendo uma negativa explícita ou lexicalizada.

Quirk et al. (1985), ao descreverem o modo subjuntivo em sua gramática descritiva da língua inglesa, defendem a existência de duas formas que, tradicionalmente, são chamadas de presente e passado do subjuntivo, mas que, segundo ele, estão mais relacionadas ao modo do que ao tempo verbal. No presente do subjuntivo, há duas categorias, o *subjuntivo mandatório* e o *formulaico*. O *subjuntivo mandatório* ocorre em orações subordinadas com *that*, introduzidas por uma expressão de ordem, recomendação, proposta, solução, intenção etc, como demonstra o exemplo a seguir:



- (1) They *recommend* that this tax *be* abolished. (p. 156)  
(Eles recomendam que o imposto seja extinto)

O *subjuntivo formulaico* é usado em certos conjuntos de expressões, sobretudo em orações independentes.

- (2) *Come* what may, we will go ahead with our plan. (p. 157)  
(O que quer que aconteça, vamos seguir com nosso plano.)

Já o passado do subjuntivo, chamado de *were-subjunctive*, é usado em orações adverbiais introduzidas por conjunções como *if, as if, as though, though*, e em orações nominais depois de verbos como *wish* e *suppose*.

- (3) *If I were/was* rich, I would buy you anything you wanted. (p. 158)  
(Se eu fosse rico, eu compraria algo que você quisesse.)

Galembeck (1992), ao estudar o emprego do subjuntivo no português falado culto, verificou que esse modo é dependente do valor semântico de cada oração. Além disso, segundo Galembeck, o subjuntivo é usado de maneira mais freqüente em orações que expressam dúvida, incerteza, suposição, hipótese e possibilidade. O autor constatou que, nas orações substantivas, é o valor semântico do predicado, do nome ou da expressão presente na oração principal, indicando ordem, pedido, suposição ou possibilidade, que determina o uso do subjuntivo.

Lunn (1995), que estuda a função avaliativa do subjuntivo espanhol, assume posição semelhante à de Galembeck, ao afirmar que o subjuntivo na



língua espanhola também está ligado a fatores semânticos e a fatores textuais e pode aparecer, em orações subordinadas e em orações principais, expressando uma ampla variedade de atitudes e intenções do falante.

No espanhol contemporâneo, o sistema de modo funciona como um dispositivo a partir do qual os falantes podem avaliar o valor das orações. De acordo com Lunn, numerosos estudos sobre o sistema de modo do espanhol têm demonstrado que a melhor descrição sincrônica desse sistema liga a escolha do indicativo à asserção, e a escolha do subjuntivo à não-asserção. A proposição pode ser considerada não-assertiva quando:

- o falante tiver dúvida sobre a veracidade da proposição enunciada;

(4) *Dudo que sea buena idea.* (p. 430)

I doubt that's a good idea.

(Duvido que seja uma boa idéia.)

- a proposição for irrealizável;

(5) *Necesito que me devuelvas ese libro.* (p. 430)

I need you to return that book to me.

(Preciso que você me devolva esse livro.)

- a proposição for pressuposta:

(6) *Me alegra que sepas la verdad.* (p. 430)

I'm glad that you know the truth.

(Fico contente que você saiba a verdade.)

Porém, a asserção e a não-asserção não são as únicas alternativas e, segundo Klein (*apud* Lunn, 1995), a região entre essas duas alternativas é

ocupada por um declínio das atitudes do falante, e com a escolha do subjuntivo se torna mais provável que esse falante relate graus menores de certeza em relação às proposições. Em texto anterior, Lunn (1989) também concorda com o fato de que, no espanhol, as proposições marcadas com subjuntivo apresentam uma qualidade semântica relacionada a um valor de crença menor. Dessa forma, está claro que os falantes da língua espanhola fazem julgamentos sobre a qualidade da informação quando usam o subjuntivo.

Chondrogianni (1997), que estuda o modo subjuntivo no grego moderno, também compartilha do conceito tradicional do termo *subjuntivo*, que define como um modo gramatical que possui sua própria identidade semântica. Descrito como o modo da dúvida, da incerteza, da não-factualidade, o subjuntivo também pode ser o modo que expressa a subjetividade do falante. Porém, segundo a autora, no grego moderno o sistema clítico do modo é diferenciado entre indicativo/não-indicativo. O modo não-indicativo é dividido em perfectivo/imperfectivo e ambos, no tempo presente, são subdivididos em imperativo/não-imperativo. Esse último é equivalente ao subjuntivo.

De acordo com essa autora, no grego moderno o subjuntivo não se diferencia fonologicamente do indicativo; sintaticamente, o modo subjuntivo é introduzido por partículas que aparecem nos tempos presente, passado contínuo, presente perfeito e passado perfeito; semanticamente, o subjuntivo denota a atitude do falante em relação ao conteúdo de seu enunciado. Como afirma Chondrogianni, a única característica do subjuntivo no grego moderno que o



diferencia do subjuntivo em outras línguas é a de que esse modo aparece também em orações principais.

Ao tratar o subjuntivo e as orações principais, Chondrogianni está de acordo com Tzartanos (1946) (*apud* Chondrogianni, 1997), que afirma que o subjuntivo na oração principal denota a atitude do falante em relação ao conteúdo cognitivo do seu enunciado, expressando volição ou desejo, dúvida, consentimento ou indiferença, exortação ou proibição, desejo ou oposição, surpresa ou desprazer, aprovação ou desaprovação.

Estudo interessante também, desenvolvido sob a perspectiva da aquisição da linguagem, é o de Lozano (1995), que entende que a semântica do modo subjuntivo permite ao indivíduo expressar desejos, avaliações, julgamentos e também incertezas, dúvidas, meias-verdades e pensamentos vagos. O autor descreve que, no estágio de desenvolvimento cognitivo, a criança ouve e aprende a enunciar expressões imperativas; já na infância tardia, a expressão de ordem é desenvolvida, enquanto o indivíduo na adolescência aprende a enfrentar crenças dogmáticas e dúvidas céticas. Os acontecimentos humanos, segundo Lozano, inevitavelmente levam o indivíduo a expressar ordens, avaliações e dúvidas e esses significados podem ser transmitidos por vários padrões sintáticos contidos no modo subjuntivo do espanhol.

De maneira geral, os estudos aqui apontados coincidem em relação aos tipos de oração em que se emprega o subjuntivo e em relação aos valores por ele expressos. Porém, em relação à possibilidade de alternância entre o subjuntivo e o indicativo, observamos pontos de vista diferentes entre os autores aqui





pesquisados.

De acordo com Galembeck (1992), se não há intenção clara do falante em manifestar os valores de dúvida, incerteza, suposição, hipótese e possibilidade, pode haver uma oscilação no emprego desse modo, o que levaria o falante a optar por recursos alternativos, como o modo indicativo ou as formas nominais. Como afirma o autor, o uso do subjuntivo é, assim, determinado por fatores semânticos ou discursivos, e os sintáticos, quando ocorrem, apresentam um papel secundário na oração.

Ao estudar o uso do subjuntivo e do indicativo no espanhol, Krakusin e Cedeño (*apud* Lunn, 1995) afirmam que a escolha do modo pode estar correlacionada ao valor da informação. Se a informação já tiver sido introduzida ou se já puder ser considerada de conhecimento comum, é marcada pelo subjuntivo. Mas se a proposição não for previamente discutida ou não for conhecida, então, é marcada pelo indicativo.

Haverkate (*apud* Moya-Corral, 1996) também constata que, ao usar o subjuntivo, o conteúdo da proposição apresenta uma informação pressuposta, de conhecimento do interlocutor.

Da mesma forma, Borrego et al. (*apud* Moya-Corral, 1996) consideram que o indicativo fornece uma informação ao ouvinte, sendo, desse modo, empregado em casos em que o falante não conhece a informação. Já o subjuntivo é usado em casos em que o falante tem conhecimento prévio da informação e pensa, por algum motivo, que seu ouvinte também a conhece.

Veiga (*apud* Moya-Corral, 1996) reconhece a diferença entre indicativo e





subjuntivo demonstrada por Borrego et al. e acredita que a oposição entre carga informativa (indicativo) e fato previamente conhecido (subjuntivo) tem caráter modal e o traço que caracteriza essa oposição é o da subjetivização.

Moya-Corral (1996), ao estudar construções da língua espanhola que apresentam *aunque* (mesmo que), também procura analisar o uso do modo indicativo e subjuntivo:

- (7) *Aunque está/esté* lloviendo, voy a salir. (p. 162)  
(*Mesmo que está/esteja* chovendo, vou sair.)

Essas construções indicam o cumprimento real do que é expresso pelo conteúdo proposicional da parte introduzida pelo termo *aunque*, e são ações que deveriam estar no indicativo, mas que também podem aparecer no subjuntivo. De acordo com Vallejo (*apud* Moya-Corral, 1996), esse uso do subjuntivo pode ser chamado de *subjuntivo concesivo polêmico* e sua característica principal é fazer referência a um fato que o falante considera real. Moya-Corral acredita que, para que o subjuntivo seja interpretado como polêmico, o conteúdo expresso na parte conjuntiva deve ser, explícita ou implicitamente, muito evidente, como se tivesse sido formado no indicativo. A escolha entre indicativo e subjuntivo, dessa forma, depende de uma questão de relevância. Em contextos em que há necessidade de evidência de que o conteúdo é real, o falante usa o indicativo. O autor ressalta que, em contextos com subjuntivo polêmico, a referência a um fato real deve ser clara; caso contrário, o subjuntivo será interpretado em seu sentido comum de irrealidade, hipótese, etc. Essa exigência, para Moya-Corral, faz com que as

construções com subjuntivo polêmico sejam polifônicas, ou seja, que os enunciados sejam rodeados por outras vozes (no sentido definido por Ducrot, 1986).

Para exemplificar esse uso do subjuntivo, o autor apresenta a seguinte ocorrência:

(8) *R.: Me parece que la niña ha preguntado si es exactamente igual la educación que se le da a un varón que a una niña.* [Parece que a menina perguntou se a educação que se dá a um menino é exatamente igual à que se dá a uma menina.]

*M.T.: Ya.* [Sei.]

*R.: Y yo entiendo que exactamente igual no.* [Entendo que exatamente igual não é.]

*M.T.: Ya.* [Sei.]

*R.: Em general sí, pero hay peculiaridades por razones de sexo.* [Geralmente sim, mas existem peculiaridades por razões de sexo.]

*M.T.: Ya.* [Sei.]

*R.: Aunque el artículo 14 de la Constitución diga lo contrario.* [Mesmo que o artigo 14 da Constituição diga o contrário.] (Moya-Corral, 1996, p. 172)

Outro elemento que pode favorecer o aparecimento do subjuntivo é a negação. Em seu artigo “O escopo da negação e o modo subjuntivo”, Pimpão (1999) afirma que alguns autores propõem a perda de valores semânticos entre o modo subjuntivo e o indicativo, alegando que a atitude de incerteza, característica pertencente ao modo subjuntivo, se dá por meio de outras estratégias linguísticas disponíveis ao falante. A autora concorda, parcialmente,

com essa proposta de perda de valores semânticos, e aponta para a existência de variação no emprego do subjuntivo e do indicativo. Nos contextos analisados (negação metalingüística e negação descritiva), a autora observou que não houve uma uniformidade no uso desses modos. No primeiro contexto ocorreu uma variação equilibrada entre subjuntivo e indicativo. Já no segundo, em que o uso do subjuntivo foi bastante alto, a autora aponta que o modo verbal foi condicionado pelo verbo da oração principal cuja natureza era epistêmica ou deôntica. Para a autora, ambos os modos se apresentam em variação constante devido à interação falante-ouvinte. Dessa forma, pode-se dizer que há uma correlação “entre a variação subjuntivo e do indicativo e a natureza pragmática da negação metalingüística.” (Pimpão, 1999, p. 724). Mas, por outro lado, ela constatou que o modo subjuntivo pode ser controlado pelo verbo da oração principal, que favorece o seu uso, estabelecendo, então, a correlação entre “subjuntivo e a negação descritiva no enfoque da pressuposição semântica.” (id. ibid.)

Como já foi dito anteriormente, os autores apresentados concordam com relação aos aspectos sintáticos e semânticos do subjuntivo. De maneira geral, esse modo está ligado às estruturas sintáticas das orações complexas e depende de valores semânticos expressos pelos encaixadores e pelas orações encaixadas que indiquem vontade, desejo, dúvida, proibição, ordem, necessidade, probabilidade ou incerteza. Do ponto de vista pragmático, porém, os autores relacionam a escolha do modo subjuntivo a diferentes questões que podem estar ligadas, em certos momentos, à intencionalidade do falante, ao conhecimento



prévio do falante sobre determinada informação ou, ainda, à necessidade de relevância ou não-relevância de um conteúdo.

O que se verifica, a partir desses textos, é que o uso do subjuntivo está correlacionado a diferentes coerções. Sendo assim, buscaremos, nesse trabalho, analisar os contextos sintáticos, semânticos e pragmáticos que favorecem o aparecimento do modo subjuntivo. Nesse sentido, nosso objetivo não está centrado no estudo da variação do uso entre subjuntivo e indicativo, mas na descrição do uso do subjuntivo nas orações complexas, especificamente nas orações substantivas.

Para tanto, consideramos que, em função da multiplicidade de valores que o subjuntivo assume, todos eles de alguma forma relacionados à atitude do falante, o entendimento deste modo verbal só se completa com o entendimento de uma outra categoria mais geral, a da modalidade. Pelo emprego do modo subjuntivo, o falante apresenta uma ação como ainda não realizada, decorrendo desse emprego um menor comprometimento do falante com a verdade da proposição por ele expressa, quer estejam os valores de verdade relacionados especialmente ao eixo do saber. Por essa razão, um estudo descritivo dos valores e empregos do modo subjuntivo não pode prescindir de uma análise da relação entre modo e modalidade.

Antes, porém, de passarmos à análise dessa relação, cabem algumas considerações sobre as modalidades lingüísticas, sua definição e sua abrangência.





## 2. AS MODALIDADES EPISTÊMICA, DEÔNTICA E VOLITIVA

Considerando que “todo enunciado apresenta determinado grau de modalização” (Mateus et al., 1983, p. 85), entendemos a modalização como uma qualificação que revela a atitude que o falante assume em relação a seu enunciado e seu maior ou menor grau de comprometimento com o que diz. As noções de subjetividade e comprometimento são, portanto, fundamentais para a definição de modalidade, como aponta Coracini (1991):

Modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciadador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. (Coracini, 1991, p.113)

As modalidades têm sido tratadas por diferentes estudiosos de acordo com diversos pontos de vista, ora privilegiando a sintaxe, ora a semântica e ora a pragmática. A complexidade do processo de modalização exige, entretanto, que esse fenômeno seja estudado sob o ponto de vista de uma teoria que considere aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de maneira integrada.

As modalidades têm sido tradicionalmente classificadas segundo o campo semântico no qual se assenta a avaliação feita pelo falante. Ainda que nem sempre essa tipologia seja consensual, três são as modalidades mais

freqüentemente identificadas nos muitos estudos sobre o tema: modalidades aléticas, epistêmicas e deônticas.<sup>1</sup>

A modalidade *alética* está relacionada com a verdade do conteúdo proposicional; as proposições aleticamente modalizadas podem expressar um conhecimento aceito ou comprovado cientificamente. A modalidade *epistêmica*, assentada no eixo do saber, do conhecimento, expressa a avaliação do falante sobre a propabilidade de ocorrência de um estado de coisas, situada em um contínuo que vai do certo até o possível. No eixo do dever, da conduta e das normas, situa-se a modalidade *deôntica*, associada aos valores de obrigação, permissão, proibição e ordem.

Como aponta Palmer (1986), a afirmação daquilo que é logicamente verdadeiro e daquilo que o falante acredita que seja verdadeiro pode ser feita pelos mesmos recursos, não havendo, portanto, distinção formal entre modalidade alética e epistêmica. Nesse sentido, a distinção lingüística mais importante parece estar centrada nos campos semânticos do saber e do dever. Klinge (1996), por exemplo, classifica a modalidade em epistêmica e não-epistêmica; Coates (1983), Brown (1991), Silva-Corvalán (1995) e outros fazem a distinção entre modalidade epistêmica e modalidade de raiz; Halliday (1970, 1994) diferencia modalidade e modulação; Hengeveld (1988) e Dik (1989) identificam a modalidade epistêmica e modalidade deôntica, mas apresentam subtipos segundo a camada de estruturação da frase em que cada tipo se aloja, conforme veremos mais adiante.

---

<sup>1</sup> Sobre a classificação lingüística das modalidades, ver Dall'Aglio-Hattner (1995).



Nesse trabalho, além das modalidades epistêmica e deôntica, consideraremos também a modalidade *volitiva*, que está relacionada à manifestação de valores que expressam querer, desejo ou vontade por parte do falante. Essa modalidade será tratada separadamente, embora se reconheça que, em certos casos, ela pode se aproximar de valores puramente deônticos, em um contínuo que vai do [-] para o [+] impositivo, tal como em desejo>vontade>necessidade>obrigação>ordem. Essa separação se justifica pelo fato de os usos mais comuns dessa modalidade expressarem desejo e vontade, valores inequivocamente volitivos e coocorrem com o subjuntivo.

Tendo em vista os propósitos deste trabalho, buscaremos, nas abordagens funcionalistas das modalidades, os conceitos operacionais para a nossa análise.

Considerando as metafunções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual), Halliday (1970) propõe uma divisão das modalidades em *modalidade* (epistêmica) e *modulação* (deôntica). A primeira é definida por ele como forma de participação do falante (avaliação, comentário) que se introduz e toma uma posição no evento de fala, sendo ativada aí a função interpessoal da linguagem. A segunda, por sua vez, é considerada como parte do significado ideacional – do conteúdo – da sentença e definida como uma expressão da sentença em termos de obrigação. Essa associação entre as funções da linguagem e as modalidades, embora verdadeira, não é definidora, uma vez que nem sempre se consegue identificar qual função é predominante em um ato de fala. Como aponta Dall’Aglio-Hattnher (1995), as *modalidades* (epistêmica) estão, ao mesmo tempo, inseridas tanto no componente interpessoal quanto no componente



ideacional, pois há sempre uma avaliação do falante em relação a qualquer conteúdo expresso. Já as *modulações* (deôntica) apresentam parte do componente ideacional, mas com o conteúdo da oração colocado sob a ótica interpessoal.

Halliday (1994) afirma que a oração é simultaneamente organizada como mensagem e como evento de interação, envolvendo falante e ouvinte. Considerando a modalidade como uma zona intermediária entre a polaridade positiva e negativa, Halliday abandona a classificação anterior (1970) e propõe dois tipos de modalidade relacionados com a função da linguagem e a forma da sentença. Na *modalização*, se a sentença é considerada informação, essa sentença, então, será uma proposição realizada no indicativo e indicará graus de probabilidade ou habitualidade. Na *modulação*, se a sentença é tida como bens & serviços, ela será uma proposta, poderá ser caracterizada como imperativa e indicará graus de obrigação, relacionados à ordem, e graus de inclinação, relacionados à oferta. Halliday (1994, p. 357), ao afirmar que “na semântica filosófica a modalização é chamada de modalidade *epistêmica* e a modulação de modalidade *deôntica*”<sup>2</sup>, mantém a distinção tradicional entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica. O autor ainda mantém a observação feita anteriormente segundo a qual as funções da linguagem (ideacional e interpessoal) se sobrepõem e seu isolamento para uma análise somente é possível no nível metodológico.

Para Givón (1995), a modalidade é um domínio funcional complexo, pois não lida somente com a verdade e a certeza, mas também com a interação

---

<sup>2</sup> In philosophical semantics modalization is referred to as ‘epistemic’ modality and modulation as ‘deontic’.





humana. Essa complexidade está equacionada na interessante proposta de classificação das modalidades formulada pelo autor, que define quatro campos modais, de acordo com o papel que falante e ouvinte assumem na interação comunicativa. Esses campos modais são:

- i) os da pressuposição, em que a proposição é aceita como verdadeira por definição, concordância, convenção cultural, por ser óbvia aos presentes na situação de fala ou por ter sido enunciada pelo falante e não ter sido contestada pelo ouvinte;
- ii) *realis*, em que a proposição é fortemente aceita como verdadeira;
- iii) *irrealis*, em que a proposição é fracamente aceita como possível, provável, incerta, ou necessária, desejável, indesejável; e,
- iv) a asserção negativa, em que a proposição é fortemente aceita como falsa.

De acordo com Givón, a categoria das modalidades carrega uma herança da abordagem lógica; *realis* e *irrealis* são definidas como contraste entre eventos reais e irreais. Entretanto, quando esses termos são definidos sob a perspectiva comunicativa, o foco da diferença entre *realis* e *irrealis* divide-se em dois caminhos importantes: o caminho da cognição, referente à *realis*, vai dos problemas de verdade lógica aos problemas de certeza subjetiva e o da comunicação, relativo à *irrealis*, parte do significado puramente orientado para o falante (semântico) e vai até o significado socialmente negociado (pragmático), envolvendo a interação falante-ouvinte. O ponto crucial da definição comunicativa da modalidade *irrealis* envolve, sem dúvida, considerações

orientadas para o ouvinte como possíveis contestações, evidências confirmadas, status e poder relativos, controle e autoridade, ou seja, relações inter-pessoais.

A classificação funcionalista das modalidades proposta por Hengeveld (1988) e Dik (1989) também considera as funções ideacional e interpessoal da linguagem como pertinentes para o estabelecimento dos subtipos modais. Segundo esses autores, três são os tipos de modalidade: a *inerente*, a *objetiva* e a *epistemológica*.

A modalidade *inerente* envolve as relações entre participante e um estado-de-coisas, indicando principalmente uma avaliação de capacidade. A modalidade *objetiva* está relacionada com os meios lingüísticos que o falante usa para avaliar a realidade de um estado-de-coisas. Essa modalidade é subdividida em *modalidade epistêmica*, em que o falante avalia a realidade de estado-de-coisas baseando-se no seu conhecimento da realidade ou de uma situação hipotética, e em *modalidade deôntica*, em que a avaliação de estado-de-coisas feita pelo falante é baseada em regras, convenções e normas morais, sociais e legais. Por fim, a modalidade *epistemológica* diz respeito ao comprometimento do falante com a verdade da proposição expressa. Seus subtipos são a *modalidade subjetiva epistêmica*, em que o falante assume a responsabilidade em relação à proposição expressa e especifica o grau de comprometimento com a verdade dessa proposição, e a *modalidade evidencial*, em que o falante indica como obteve informação sobre o conhecimento da proposição.

Considerando a língua como mensagem e como forma de interação, Hengeveld e Dik propõem a estrutura da oração em camadas, que tem se



mostrado um instrumento bastante proveitoso para a explicação da categoria das modalidades:

| Var | Restritor  | Unidade da oração                 | Referência    |
|-----|------------|-----------------------------------|---------------|
| x   | Predicado  | $(x_1: \text{Pred}(x_1))$         | Individual    |
| e   | Predicação | $(e_1: [\text{Predicação}](e_1))$ | EsCo          |
| X   | Proposição | $X_1: [\text{Proposição}](X_1))$  | Fato possível |
| E   | Oração     | $(E_1: [\text{Oração}](E_1))$     | Ato de fala   |

Quadro 1: Estrutura da oração em camadas (Hengeveld, 1989, p.130)

O primeiro nível é o do *predicado*, que designa propriedades ou relações. Ao ser aplicado a um certo número de termos, o predicado produz uma *predicação*. Esse nível designa um estado-de-coisas, entidade que pode ser localizada no tempo e no espaço, tem uma certa duração, e pode ser vista, ouvida ou percebida. A predicação é constituída em uma estrutura de ordem mais alta e passa a ser uma *proposição*, designando um fato possível. A proposição, ao ser revestida de força ilocucionária, constitui a frase, e tem-se, então, o nível da *ilocução*. Em todos esses níveis de estruturação da oração encontram-se os *operadores* e os *satélites*. Os operadores são usados para indicar modificações e modulações obtidas por meios gramaticais, assim como os satélites são indicados para os meios lexicais.

Para Hengeveld, nessa representação em camadas, todo enunciado pode ser analisado em dois níveis: o nível *representacional* e o nível *interpessoal*. No nível *representacional*, o receptor precisa ser capaz de entender se um estado-de-coisas descrito se refere a uma situação real ou hipotética; esse nível se relaciona

com o evento narrado. No nível *interpessoal*, o receptor precisa ser capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante, ou seja, o falante precisa causar um efeito comunicativo no ouvinte; esse nível diz respeito ao evento da fala.

Conforme afirma Hengeveld (*op. cit.*), na análise da frase, a predicação preenche duas funções: no nível representacional, a predicação designa um estado-de-coisas, e no nível interpessoal, a predicação representa o conteúdo de um ato de fala. Para diferenciar os dois usos da predicação, o autor aplica o termo *predicação*, referindo-se à função representacional, e o termo *proposição*, referindo-se à função interpessoal. No quadro de modalidades estabelecido por Hengeveld, está claro que as modalidades inerente e objetiva (epistêmica e deôntica) estão inseridas no nível da predicação e a modalidade epistemológica (subjativa epistêmica e evidencial) está inserida no nível da proposição.

De acordo com esse quadro, nota-se que, para Hengeveld, a modalidade epistêmica está inserida tanto na predicação quanto na proposição, enquanto a modalidade deôntica está presente apenas na predicação.

Como aponta Dall’Aglio-Hattner (1995), quando a modalidade epistêmica está inserida no nível da predicação, o falante não se responsabiliza pelo valor de verdade de seu enunciado. O falante se utiliza de meios lingüísticos (gramaticais e lexicais) para descrever e avaliar a realidade de um estado-de-coisas. Por outro lado, ao situar a manifestação epistêmica no nível da proposição, observa-se que o falante assume seu comprometimento com a verdade da proposição.



A avaliação que o falante faz sobre seu enunciado pode ser expressa por meios gramaticais (verbos auxiliares e categoria de modo e tempo) ou por meios lexicais (verbos de significação plena, adjetivos, advérbios e substantivos). O auxiliar modal “*poder*” é um exemplo desses meios gramaticais:

- (9) Esta é a terceira vez que venho à televisão e ao rádio para tratar do mesmo assunto. Se eu já estou farto com esse noticiário, eu **posso** imaginar que todos estejam. Mas preciso pedir um pouco mais de sua atenção, para ver se conseguimos acabar de vez com esses absurdos. (Collor-3)

Entre as formas lexicais, verbos como *supor*, *imaginar*, *achar*, *crer* etc, são formas de manifestação epistêmica por indicarem saber, crença e opinião do falante:

- (10) **Creio** firmemente, Senhores Senadores e Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República: o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação Brasileira. (Collor-1)

Adjetivos como *provável*, *possível*, *evidente*, *necessário*, *preciso*, e substantivos como *certeza*, *dúvida*, *necessidade* etc também ocorrem em construções modalizadoras e evidenciam os diferentes graus de certeza, possibilidade e obrigação. Os exemplos seguintes ilustram casos de ocorrências modalizadas deôntica e epistemicamente por adjetivo e substantivo, respectivamente:

- (11) É **preciso** que haja um processo de ganhar a sociedade. (FHC-3)
- (12) Talvez os Estados Unidos se encaixem mais bem em umas partes dessa definição do que em outras', escreveu Lieven. Mas **não há dúvida** de que se encaixa pelos menos um pouco em todas. A ver: tem um poder imenso, provavelmente o maior poder que um país já teve na história. (H-3)

Observa-se, nesse sentido, que alguns modalizadores atuam como predicados encaixadores, completados por orações substantivas. É especialmente neste contexto sintático que o uso do subjuntivo pode se somar aos diversos valores modais dos predicados encaixadores, resultando em diferentes efeitos de sentido.

Antes de discutirmos a relação entre o modo subjuntivo e as modalidades epistêmica, deôntica e volitiva, faremos uma breve apresentação da classificação sintático-semântica dos predicados encaixadores modalizadores.

Dik (1997), ao tratar as orações encaixadas, faz uma classificação dos predicados matriz, considerando os seguintes tipos:

i) *predicado de atitude proposicional*: em que o falante especifica sua atitude (intelectual, emocional) em relação aos fatos possíveis. Segundo Dik, se o falante acreditar na proposição, ele aceita essa proposição como verdadeira;

- (13) Pretendo aqui trazer uma opinião mais otimista: nossa língua, estou convencido, não está em perigo de desaparecimento, muito menos de mistura. Por outro lado (e não é possível agradar a todos) **acredito** que nossa língua está mudando, e certamente não será a mesma dentro de 20, 100 ou 300 anos. (H-1)

ii) *predicado de manipulação proposicional*: indica a tentativa do falante de induzir certa atitude proposicional no ouvinte em relação a um fato, pessoa;

- (14) E **é preciso** que se chegue próximo das situações- limite para que, realmente, a boa nova possa ser aceita como boa e não como camuflagem.  
(FHC-3)

iii) *predicado de conhecimento e de aquisição/perda de conhecimento*. Esse tipo de predicado designa, segundo Dik, aquisição mental, posse ou perda de fatos estabelecidos pelo complemento proposicional;

- (15) E é por isso que o Fome Zero é mais, muito mais do que um programa de doação de alimentos. Essas doações emergenciais são necessárias, mas todos **sabemos** que não acabam com o problema. (Lula-3)

iv) *predicado de percepção mental*: o falante nota que o fato apresentado está sendo inferido de informação percebida por meio dos sentidos, havendo, então, uma percepção indireta do fato;

- (16) Mary **saw** that Anna was not in the library. (Dik, p.108)  
(Mary **viu** que Anna não estava na biblioteca.)

v) *predicado de volição*: expressa um desejo por parte do falante;

- (17) Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de "apartheid" na África do Sul, que **esperamos** esteja em sua etapa terminal.  
(Collor-1)



De acordo com Gonçalves (2001), as orações complexas subjetivas, referidas por ele como OCS, comportam-se de maneira semelhante em relação às propriedades semânticas e morfossintáticas. A distinção presente nas OCSs está restrita ao formato da oração matriz. Assim o autor propõe que os predicados matriz a que estão ligadas as orações encaixadas subjetivas(OES) sejam classificados em:

a) predicator verbal, que apresenta a estrutura [ocs[matriz **predicador verbal**[OES]]], representando OCS não-prototípicas. O verbo presente nessa oração matriz expressa uma avaliação do falante em relação ao enunciado encaixado, predominando valores epistêmicos, deônticos e outros valores avaliativos;

b) predicator nominal, com a estrutura [ocs[matriz **ser**+SN[OES]]] expressando uma avaliação do falante em relação ao enunciado; e,

c) predicator adjetival na oração matriz, representado pelo esquema [ocs[matriz **verbo copulativo** +(SAdj)(Sprep) [OES]]]. Esse tipo de predicator caracteriza OCS prototípicas, codificando também uma atitude do falante e apresentando valores deônticos e epistêmicos predominantes.

Neste trabalho, o uso do subjuntivo será analisado no contexto dessas orações complexas, considerando-se, especialmente, a categoria e os valores semânticos do predicator, buscando identificar os contextos que favorecem ou determinam o uso do subjuntivo. Nossa expectativa é a de que, estando os diferentes predicadores relacionados a diferentes atitudes do falante, eles sejam determinantes para ocorrência do modo subjuntivo.

### 3. A RELAÇÃO ENTRE MODO SUBJUNTIVO E MODALIDADE

Chondrogianni (1997), levando em consideração a relação entre modo e modalidade e sua distribuição na estrutura em camadas da oração, procura descrever a semântica do subjuntivo como uma expressão da atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado e tenta avaliar a adequação tipológica e psicológica da Gramática Funcional, dando ênfase ao tratamento da força ilocucionária (relacionada à intenção do falante e à interpretação do ouvinte).

Para a autora, a predição ou a expectativa do falante em relação ao estado-de-coisas pode ser expressa pelo subjuntivo. Para tanto, apóia-se na colocação de Hengeveld (1988), ao afirmar que as expressões modais diminuem a franqueza do ato de fala. Veloudis (1987, *apud* Chondrogianni, 1997) também concorda com essa afirmação e aponta que o uso do subjuntivo atenua a franqueza da relação entre falante e ouvinte, como se vê em:

(18) I **want/would** like you to show him the library. (p. 37)

(**Queria/gostaria** que você mostrasse a biblioteca para ele.)

Segundo a autora, o subjuntivo no grego moderno, quando usado no passado, atenua a força ilocucionária do ato de fala; dessa forma, o falante mostra um grau menor de comprometimento com o conteúdo da predicação e o ouvinte tem um espaço maior para discordar ou mudar de opinião. Já os verbos performativos reforçam a força ilocucionária do enunciado.

(19) I **order** you to stop. (p. 38)

(Ordeno que você pare.)

Porém, os casos de subjuntivo nas interrogativas, em imperativos de polidez e em orações principais não se encaixam na terceira camada. A autora acredita que uma possível solução para esse problema seria considerar o subjuntivo como expressão direta da intenção do falante.

Chondrogianni observa, então, que o uso do modo subjuntivo no grego moderno influencia a estrutura interna de um estado-de-coisas e não somente expressa a avaliação do falante sobre esse estado-de-coisas. A autora também afirma que o subjuntivo não pode ser exclusivamente atribuído ao nível de regras de expressão. Por ser um operador modal, o uso do subjuntivo contribui para o processo de formação da estrutura da oração subjacente.

Givón (1994) considera que o entendimento da distribuição gramatical e funcional do modo subjuntivo depende do entendimento da distribuição gramatical e funcional da modalidade chamada *irrealis*:

O modo subjuntivo aparece para ocupar duas subregiões coerentes dentro da *irrealis*: (a) o subjuntivo de certeza menor (dentro do submodo epistêmico da *irrealis*), e o subjuntivo de manipulação fraca (dentro do submodo deôntico da *irrealis*). (...) Para entender tanto a *irrealis* como o subjuntivo, é preciso primeiro entender o lugar da *irrealis* dentro da ampla classificação das modalidades proposicionais. (1994, p. 265)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> The subjunctive mood turns out to occupy two coherent sub-regions within *irrealis*: (a) the subjunctive of lower certainty (within the epistemic sub-mode of *irrealis*), and (b) the subjunctive of weaker manipulation (within the deontic sub-mode of *irrealis*). (...) To understand both *irrealis* and the



O modo subjuntivo, de acordo com Givón (1984), está diretamente relacionado às modalidades *irrealis* dos complementos verbais. O subjuntivo pode ser encontrado em complementos oracionais de verbos epistêmicos de incerteza e de verbos de manipulação não-implicativos. Como exemplos temos, respectivamente:

(20) *I hope that he won't come.* (pag. 319)

(*Espero que no venga.*)

(*Espero que ele não venha.*)

(21) *He told John to leave.* (pag. 319)

(*He told John that he (John) must leave.*)

(*Le dijo a Juan que se fuera.*)

(*Ele disse a João que fosse embora.*)

O subjuntivo de manipulação também pode ser usado como uma ordem/comando, dito de maneira polida, e o subjuntivo de incerteza pode ser empregado em expressões compatíveis sem o verbo de incerteza.

Para Givón (1995), as orações subjuntivas de passado e presente revelam uma certeza menor (modalidade epistêmica) ou uma manipulação fraca (modalidade deôntica). Considerando-se esses dois valores como um contínuo semântico, passível de gradação, Givón estabeleceu uma escala semântica de complementação que vai da indicação de relações de causa e manipulação pretendida até as indicações de discurso direto, passando pelas manifestações de

---

subjunctive, one must first understand the place of irrealis within the wider range of propositional modalities. (tradução minha)



incerteza e certeza epistêmicas. De acordo com esta proposta, o subjuntivo aparece nas orações subordinadas para indicar manipulação pretendida, preferência/aversão, ansiedade e certeza epistêmica fraca, como se pode conferir no esquema abaixo, idealizado por Givón (1995, p. 280):

---

lado deôntico (manipulativo)

---

- a. **manipulação pretendida** ('dizer', 'perguntar', 'sugerir')
  - b. **preferência** ('querer'desejar', 'preferir', 'esperar')
  - c. **ansiedade epistêmica** ('esperar', 'ter medo')
  - d. **certeza epistêmica fraca** ('não ter certeza', 'dúvida', 'suspeitar', 'perguntar se', 'não saber se')
- 

lado epistêmico

*Quadro 2: Esquema escalar (Givón, 1995)*

Relação semelhante é estabelecida por Dik (1997), que considera o uso do indicativo e do subjuntivo atrelado à factualidade das formas verbais; se o complemento é factual, o indicativo é usado e, se o complemento é não-factual, usa-se o subjuntivo.

Para Lozano (1995), que estuda as orações subjuntivas modalizadas deôntica e epistemicamente, os estágios de desenvolvimento no processo de aquisição do subjuntivo no espanhol espelham claramente as diferenças entre os valores epistêmicos e deônticos. O conhecimento cognitivo e lingüístico da criança e a semântica marcadamente distinta do subjuntivo sustentam o pedido de um subjuntivo multifacetado ao invés de um subjuntivo unitário. O subjuntivo unitário é considerado não-declarativo, e, segundo Lozano, existe apenas um conjunto de formas verbais distintas, ou seja, todas as manifestações do subjuntivo podem ser explicadas sob um único aspecto. Já o subjuntivo

multifacetado proposto pelo autor envolve vários significados gramaticais. De acordo com Lozano, as diferenças sintáticas também existem e permitem ao falante contrastar esses vários significados. Para Lozano (1995, p. 277) “são essas diferenças semânticas observadas pelo falante nativo do espanhol que essencialmente fazem com que ele reconheça que o subjuntivo é mais que um fenômeno sintático.”<sup>4</sup>

O autor divide o subjuntivo multifacetado em, no mínimo, três tipos, todos usando o mesmo conjunto morfológico, mas com significados gramaticais e usos pragmáticos diferentes:

- a. subjuntivo deôntico-imperativo;
- b. subjuntivo deôntico-avaliativo;
- c. subjuntivo dubitativo

Cada um desses tipos é utilizado pelo falante para expressar, respectivamente, ordem, volição ou desejo, como em (22); avaliação ou julgamento, como em (23), ou dúvida, incerteza, hipótese ou gradação de dúvida, como em (24):

(22) *El guardia mando que el chófer parara el coche.* (p. 94)

*The policeman ordered the driver to stop the car.*

(O policial mandou que o motorista parasse o carro.)

(Iglesías and Meiden 1986, 214)

<sup>4</sup> It is precisely these semantic differences that a native speaker of Spanish perceives which ultimately force him to recognize the subjunctive as more than one syntactic phenomenon. (tradução minha)



(23) *Lástima que lo haya leído en este invierno febrero.* (p. 94)

*It is a shame that you have read it in this wintery February.*

(É uma pena que você tenha lido nesse fevereiro tão frio.)

(Suñer and Padilla Rivera 1987, 185)

(24) *Dudo que venga* (p. 96)

*I doubt if he'll come*

(Duvido que ele venha)

Como nos mostra o autor, palavras como “obrigação”, “dever”, “permissão”, “proibição” e “direito” são chamadas expressões normativas ou palavras deônticas e estão diretamente relacionadas ao estudo do imperativo e do subjuntivo de desejo no espanhol. De acordo com Hilpinem (*apud* Lozano, 1995), a modalidade deôntica é descrita como o estudo lógico do uso normativo da linguagem e, para esse autor, as sentenças imperativas funcionam de maneira diferente das proposições (que podem ser julgadas em termos de valores de verdade). O falante enuncia uma sentença imperativa para obrigar o ouvinte a se comprometer com a ação. A intenção do falante não é a de enunciar nem uma proposição verdadeira e nem uma proposição falsa; sua intenção é fazer com que o ouvinte aja de determinada maneira. Hilpinem, obviamente, não inclui a dúvida na lógica deôntica, embora a dúvida possa se referir ao passado, presente e futuro. A dúvida e a avaliação são mais livres nos tempos subordinados, pois o falante, nesses casos, as expressa sobre um evento independente do tempo do próprio evento.

Os três tipos de subjuntivo classificados por Lozano podem compartilhar as mesmas características sintáticas, desde que todos apresentem uma forma verbal subjuntiva subordinada. Ainda assim, continuarão designando diferentes significados gramaticais, como visto anteriormente.

Lozano propõe um esquema chamado “Rede de Padrões do Subjuntivo”, no qual demonstra os contrastes sintáticos entre os tipos de subjuntivo. No subjuntivo deôntico-imperativo, o autor constata que os padrões estão associados ao modo subjuntivo; no subjuntivo deôntico-avaliativo, há a opção entre o modo subjuntivo e o modo indicativo após a negação e, por isso, o subjuntivo dubitativo é posto de lado; e, no subjuntivo dubitativo também há uma separação, devido ao fato de o perfectivo estar associado ao passado.

Para o autor, o estudo apresentado ajuda a entender o subjuntivo da perspectiva da psicologia cognitiva, do desenvolvimento da linguagem da criança e da modalidade epistêmica e deôntica.

Essa relação entre as modalidades epistêmica e deôntica e o subjuntivo tem sido bastante estudada do ponto de vista da história do aparecimento das marcas de subjuntivo e da gramaticalização dessas formas. Esse é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Harsh (1968) e Traugott (1972), que descreveram o subjuntivo na história da sintaxe inglesa e, mais recentemente, o trabalho de Stein (1994), que estudou a expressão da modalidade epistêmica e deôntica e o subjuntivo no princípio do inglês moderno. Villalta (2000) trabalha o modo subjuntivo em orações encaixadas do espanhol e constata a divisão entre verbos de atitude proposicional que selecionam o subjuntivo para que as orações

encaixadas sejam comparadas com alternativas contextualmente disponíveis por uma classificação em escala, e verbos de atitude proposicional que escolhem o indicativo, exigindo que as alternativas das proposições encaixadas sejam eliminadas do contexto.

Embora partam de perspectivas diferentes, os trabalhos comentados até o momento demonstram que o subjuntivo está fortemente atrelado à categoria da modalidade, quer no eixo do saber (epistêmica), quer no eixo do dever (deôntica), quer no eixo do querer (modalidade volitiva), devido ao fato de o subjuntivo envolver um traço que acentua a intenção do enunciador. Dessa forma, interessa-nos, especialmente, a verificação desses diferentes valores que resultam da coocorrência entre o subjuntivo e os valores modais epistêmicos, deônticos e volitivos.

A função comunicativa das estruturas gramaticais subjuntivas, como já foi dito, será analisada em discursos políticos e científicos, justamente pelo fato de esses discursos favorecerem a expressão dos valores epistêmicos, deônticos e volitivos que estão atrelados ao modo subjuntivo. No capítulo seguinte faremos uma descrição desses dois tipos de discurso, relacionando-os às necessidades comunicativas de (des)comprometimento e intencionalidade.





## CAPÍTULO II

### DISCURSO CIENTÍFICO E DISCURSO POLÍTICO: SABERES E DEVERES

#### 1. O MODELO DE INTERAÇÃO VERBAL DE DIK E OS DISCURSOS CIENTÍFICO E POLÍTICO

Segundo Dik (1989, p. 1-2), na construção do modelo de usuário de língua natural (M.ULN), reconhece-se que há muitas outras capacidades humanas de níveis superiores presentes no uso comunicativo da língua além de uma simples função lingüística. As capacidades<sup>1</sup> humanas que desempenham papel essencial na comunicação são as seguintes:

- (1) *uma capacidade lingüística*: o ULN é capaz de produzir corretamente e interpretar expressões lingüísticas de grande variedade e complexidade estrutural em um número de situações comunicativas diferente.

---

<sup>1</sup> (1) a linguistic capacity: NLU is able to correctly produce and interpret linguistic expressions of great structural complexity and variety in a great number of different communicative situations.

(2) an epistemic capacity: NLU is able to build up, maintain, and exploit an organized knowledge base; he can derive knowledge in appropriate form, and retrieve and utilize it in interpreting further linguistic expressions.

(3) a logical capacity: provided with certain pieces of knowledge, NLU is able to derive further pieces of knowledge by means of rules of reasoning monitored by principles of both deductive and probabilistic logic.

(4) a perceptual capacity: NLU is able to perceive his environment, derive knowledge from his perceptions, and use this perceptually acquired knowledge both in producing and in interpreting linguistic expressions.

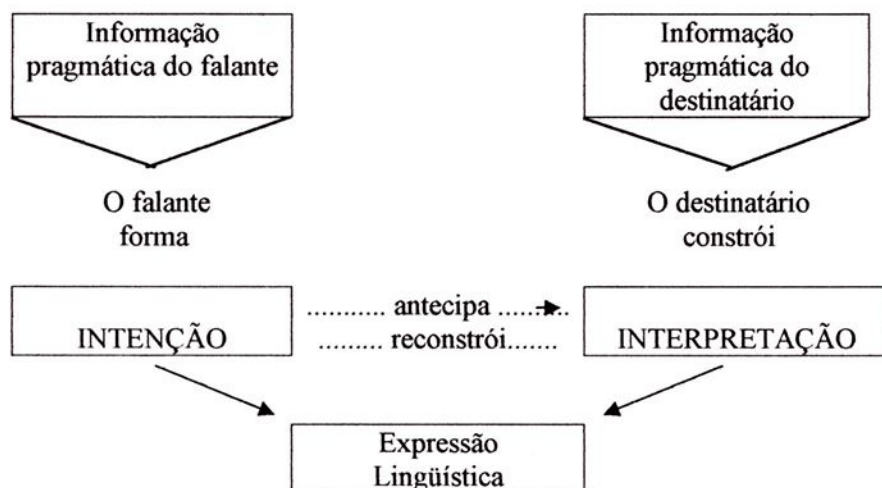
(5) a social capacity: NLU not only knows what to say, but also how to say it to a particular communicative situation, in order to achieve particular communicative goals.

- (2) *uma capacidade epistêmica*: o ULN é capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizada; ele pode derivar conhecimento de expressões lingüísticas, arquivar esse conhecimento e também retomá-lo e utilizá-lo na interpretação de outras expressões lingüísticas.
- (3) *uma capacidade lógica*: o ULN, provido de certo conhecimento, é capaz de derivar outros tipos de conhecimento, por meio de regras de raciocínio monitoradas tanto por princípios de lógica dedutiva como por princípio de lógica probabilística.
- (4) *uma capacidade perceptual*: o ULN é capaz de notar seu ambiente, retirar conhecimento de suas percepções e usar esse conhecimento perceptualmente adquirido na produção e interpretação de expressões lingüísticas.
- (5) *uma capacidade social*: o ULN sabe o que dizer e também como dizer a um interlocutor particular, em uma dada situação comunicativa, com a finalidade de atingir determinadas metas comunicativas.

A interação social por meio da linguagem, nesse modelo estabelecido por Dik, é vista como uma forma de atividade cooperativa estruturada. É atividade estruturada porque é regida por normas, regras e convenções. É atividade cooperativa por necessitar de dois (ou mais) participantes para atingir seus objetivos. As expressões lingüísticas são os instrumentos usados por esses participantes durante a interação verbal. Essas expressões são também, entidades estruturadas, regidas por regras e princípios que determinam sua construção.

O modelo de interação verbal proposto por Dik (1989, p.8) pode ser representado no esquema a seguir:





*Esquema 1: Modelo de interação verbal de Dik (1989)*

Segundo Dik, emissor (**E**) e receptor (**R**) dispõem, respectivamente, de uma grande quantidade de informação pragmática (conjunto de conhecimento, crenças, assunções, opiniões e sentimentos que estão disponíveis a um indivíduo em qualquer ponto da interação). Ao dizer algo para **R**, a intenção de **E** é efetuar algum tipo de modificação na informação pragmática de (**R**). Para isso, **E** deve ter algum tipo de intenção comunicativa para conseguir a modificação que deseja causar em **P(R)**. **E** deve antecipar a possível interpretação que **R** atribuirá à sua expressão lingüística. Essa antecipação de **E** requer que ele tenha um quadro razoável das partes relevantes de **P(R)**. Dessa maneira, uma avaliação de **P(R)** é parte de **P(E)**.

Por seu lado, **R** tenta chegar à reconstrução da presumida intenção comunicativa de **E**, interpretando a expressão lingüística de **E** de acordo com sua informação pragmática e com sua avaliação da informação pragmática que faz de **E**. A interpretação de **R** pode levar à modificação em **P(R)**, o que corresponderá



à intenção comunicativa de **E**. Se **R** não chegar a uma interpretação que combine com a intenção comunicativa de **E**, poderá haver um desentendimento.

A relação entre a intenção de **E** e a interpretação de **R** é mediada pela expressão lingüística. Para **R**, isso significa que a interpretação se baseará, somente em parte, na informação contida na expressão lingüística como tal. Para **E**, a expressão lingüística não necessita ser uma verbalização completa de sua intenção.

**E** e **R** podem compartilhar informação pragmática, mas, também, é preciso ter em conta que existe a informação disponível apenas a **E** ou a **R** e, é justamente nessa informação não compartilhada que se encontra o *ponto/assunto* real da interação verbal, que somente pode ser identificado contra o pano de fundo da informação compartilhada.

**E** pode adicionar ou fornecer alguma informação de que **R** não possuía antes; **E** pode informar **R** a substituição de uma informação por outra; **E** pode lembrar **R** de informações de que ele não tem consciência no momento e, **E** pode, até efetuar mudança na informação emocional de **R**, ou seja, **E** pode ter a intenção de efetuar mudanças na informação pragmática de **R**. Essa é a função primária da interação verbal: efetuar mudanças na informação pragmática.

Dik (1997) ressalta que o modelo de interação verbal é relevante para a produção e interpretação do discurso. Assim, para o estudo das relações entre modo subjuntivo e as modalidades epistêmica, deôntica e volitiva, optamos por analisar tipos de produção discursiva altamente persuasivas, que primam

respectivamente, pela manifestação do saber e do dever: o discurso científico e o discurso político.

Os discursos científico e político, de um modo geral, têm sua eficácia representada na capacidade de persuadir, na busca de convencer. Esses dois tipos de discurso apresentam condições de produção específicas, como veremos mais à frente, que guardam uma relação com a atitude do falante, ou seja, favorecem expressões com valores epistêmicos deônticos e volitivos que estão ligados ao uso do subjuntivo e que, por sua vez, exercem papel importante na construção da persuasão.

Em relação à concepção da ciência, Feyerabend (1979) desmistifica a ciência lógica e defende o caráter relativo e subjetivo de toda opinião, de todo método, de todo princípio e de toda investigação, mesmo que ela tenha um caráter científico. Toda verdade, segundo o autor, é subjetiva e provisória e tida como um jogo. Esse caráter provisório da ciência, por sua vez, é o responsável pelo seu progresso e avanço. Dessa forma, de acordo com Coracini (1991), cai por terra a visão tradicional de que a ciência detém critérios objetivos que conduzem o homem à essência dos seres e também à verdade dos fenômenos naturais. Para a autora, as formas canônicas do discurso científico constituem instrumentos de persuasão e, portanto, índices de subjetividade.

Para Coracini (1984), pode-se definir o discurso científico como um conjunto de textos escritos e produções orais com um conteúdo considerado científico. Entretanto, diferentes tipos de textos dessa natureza podem ser produzidos de acordo com a situação enunciativa. O público, por exemplo,





constitui um dos critérios para que o texto tenha determinada estrutura. Assim, o discurso científico primário será diferente do discurso científico didático e do texto de divulgação científica, uma vez que seus públicos são distintos.

Os discursos científicos **primários** têm padronização rígida, com uma linguagem técnica, e são direcionados a um público especialista no assunto em questão, visando a anunciar novidades do meio científico. Para Silveira (1999), nesse tipo de discurso, o cientista utiliza-se, estrategicamente, de elementos lingüísticos para se comunicar, ou interagir persuasivamente. Uma dessas estratégias persuasivas utilizada é o uso de argumentos de probabilidade. Esses argumentos de probabilidade são considerados como um dos tipos de modalização empregados no discurso científico, que qualificam as conclusões asseveradas, indicando que “um enunciado não é definitivo, pois é uma predição que repousa sobre elementos empíricos que não são suficientes para generalizações” (Silveira, 1999, p.695).

A probabilidade pode qualificar tanto a organização textual quanto a expressão lingüística do texto científico da pesquisa, dando força argumentativa à exposição do escritor e contribuindo para o efeito persuasivo do texto.

Os discurso científico **didático**, por sua vez, é o tipo discursivo freqüente nos textos introdutórios para o público universitário, um público iniciado ou iniciante, que ainda não é especialista. Segundo Beacco e Moirand (1995, p. 39-40), apesar de o público não ser especializado, esse tipo de discurso se endereça “a destinatários bem definidos (por nível, ano...) que estão se formando precisamente nesta disciplina: eles são fortemente restringidos pelo quadro



institucional no qual se inserem e são enunciados por autores daquele domínio, cujos lugares estão claramente estabelecidos, quer dizer, hierarquizados.” Definem-se, assim, os lugares e os papéis dos participantes no discurso.

O discurso de vulgarização ou de **divulgação** científica tem como objetivo divulgar os conhecimentos científicos ao público em geral (público leigo) que até então não tinha acesso a esse tipo de informação.

Segundo Pasquali (1979, *apud* Bueno 1984, p.18), por divulgação entende-se “o envio de mensagens elaboradas, mediante a recodificação de linguagens críticas a linguagens omnicompreensíveis, à totalidade do público receptor.”

Também Bueno (1984, p.19) assume que a divulgação “pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência.”

Por meio desse discurso, o divulgador (que, dependendo do veículo de informação e de suas finalidades, pode ser o próprio cientista ou um jornalista especializado) vai “colocar ao alcance da maioria o patrimônio científico da minoria e realizar em seus escritos, suas palavras e suas imagens o direito de todo ser humano de participar da sabedoria e integrar-se na cultura e na civilização, que os manterão unidos em um saber comum” (Hernando, 1970, p. 38).

Assim, ao discurso de divulgação cabe a função de compartilhar com o homem comum o saber científico e tecnológico, especialmente se esse conhecimento trazer benefícios para as condições de vida da sociedade.

Na opinião de Zamboni (1997), a divulgação científica constitui um gênero discursivo próprio. Para ela, esse tipo de discurso não pertence nem ao campo científico e nem à formação discursiva da ciência. Porém, isso não quer dizer que a autora negue as relações genealógicas que vinculam a divulgação ao campo e ao discurso científico.

De acordo com a autora, os discursos de divulgação científica são produzidos em outras circunstâncias, voltados a um outro tipo de público (não-especializado). A divulgação científica apresenta um interesse, uma necessidade por maiores números de publicação, por maiores contatos com a mídia, tornando-se um bem em disputa pelo mercado. Nesse sentido, ainda segundo Zamboni, a divulgação deve atrair consumidores, gerar lucros para as empresas e divulgar os cientistas.

Na busca pela objetividade e imparcialidade lingüística, o autor/cientista utiliza determinados meios lingüísticos, como por exemplo, ausência dos sujeitos da enunciação, busca de uma linguagem aparentemente neutra, orações simples com sujeito na terceira pessoa, entre outras. No entanto, essas escolhas lingüísticas atreladas a fatores extralingüísticos (o autor faz uso de estratégias discursivas para conquistar a credibilidade do leitor) demonstram que o texto científico tem o objetivo de persuadir tanto quanto um texto político.

Centraremos nosso interesse nos efeitos de sentido produzidos pelo discurso de divulgação científica por observarmos que, tanto neste tipo de discurso como no discurso político, o público-alvo é semelhante (leitor comum e povo). Em ambos os discursos, os enunciadores (jornalista ou autor



cientista/homem público) pretendem efetuar algum tipo de modificação na informação pragmática do seu respectivo público-alvo. O enunciador do discurso científico de divulgação, ao dizer algo, tem como objetivo primeiro divulgar sua experiência, apresentando-a como comprovada, e acrescentar conhecimento ao seu leitor a respeito de determinado assunto. Já o enunciador do discurso político, na tentativa de modificar a informação pragmática de seu público-alvo, tem como intenção comunicativa convencer o povo de que ele, como político responsável e competente, é merecedor de credibilidade.

Sendo a palavra considerada instrumento legítimo de poder, o falante, ao fazer uso dela no discurso político, assume valores que acredita estar presente no ouvinte a fim de persuadí-lo com a intenção de que seu ouvinte aceite e siga suas idéias. Assim, da mesma maneira que o discurso científico, o discurso político pretende persuadir e convencer seus interlocutores, provocando uma reação de apoio, no caso do discurso político, ou de validade e repetição da experiência, no caso do discurso científico.

Fantinati (1990, p.2) considera que “a linguagem do discurso político não é simplesmente uma linguagem técnica que se possa caracterizar univocamente. Como a própria política, ela é plurissignificativa, penetra todas as esferas da vida social e se ajusta às diferentes tarefas requeridas por ela”.

Dessa forma, o discurso é considerado o lugar social, como define Fiorin (1988, p.16): “O discurso não é, portanto, o lugar da liberdade e da criação, mas é o lugar de reprodução dos discursos das classes e das frações de classes.”



De acordo com Osakabe (1979), para analisar um discurso é preciso considerar previamente as condições de produção para que se possa fazer uma observação interna de cada realidade discursiva. Para o autor, o discurso apresenta um sistema de significações ideológicas e se cristaliza em motivações históricas, ou seja, o discurso vai além das explicações lingüísticas.

Ao estudar os atos de linguagem no discurso político e salientar a importância que os atos perlocucionários têm para a compreensão do discurso, Osakabe reformula os jogos de imagens propostos por Pêcheux (1969). Buscando identificar as imagens mútuas a partir das quais o locutor constrói seu discurso, Osakabe considera que também compõem as condições de produção do discurso a imagem que o locutor tem do referente e a imagem que pressupõe que o ouvinte tem desse referente. São essas significações que definem os efeitos pretendidos no ouvinte, efeitos esses que são expressos por atos perlocucionários de convencer, persuadir, impressionar entre outros.

O discurso político também passa por uma organização argumentativa que depende das considerações prévias sobre condições de produção. No discurso político, os atos argumentativos podem ser distinguidos em atos de promover, atos de envolver e atos de engajar. (Osakabe, 1979)

No ato de **promover** (Promoção), o falante promove o ouvinte a um lugar de decisão das relações públicas, mesmo que esse ouvinte não tenha condições reais de decidir. No ato de **envolver** (Envolvimento) o falante envolve seu ouvinte de tal forma a anular a possibilidade de crítica da parte do ouvinte. Por este ato, “o locutor, ao mesmo tempo que verbaliza a imagem que o locutor deve

fazer da função política, situando-se num nível ideal, assume essa imagem e coloca-a em confronto com a sua imagem sobre o referente” (Osakabe, *op.cit.*, p. 107). No ato de **engajar** (Engajamento), cabe ao ouvinte solucionar o problema criado no ato de envolvimento ou aderir a um ponto de vista descrito nesse mesmo ato de envolvimento.

Segundo Coracini, as diferenças e semelhanças entre discurso científico e discurso político também estão no nível das condições prévias de produção determinadas por alguns critérios fundamentais como, por exemplo, os jogos de imagens entre falante e ouvinte. Nos termos de Dik (1989), compõem essas situações de interação as imagens que falante e ouvinte têm sobre a informação pragmática de ambos, sobre o conteúdo comunicado e sobre a expressão lingüística, além das intenções construídas e antecipadas.

Os chamados “ideais de racionalidade” (clareza de raciocínio) são uma característica comum entre o discurso político e o científico: o discurso político tem por finalidade levar, em determinadas situações, seu público alvo a agir pelo voto; o discurso científico objetiva convencer o interlocutor-especialista por meio da evidência (provas, demonstrações cientificamente racionais) e das convenções argumentativas que pretendem à objetividade e neutralidade (ideais científicos).

Para Coracini, o homem público, ao elaborar o seu texto, recorre ao raciocínio indutivo, ou seja, procura saber as necessidades, hábitos, reivindicações de seu país, enquanto o discurso científico se serve ora do método indutivo, ora do dedutivo: o cientista recolhe o material e a seguir o observa em



laboratório. Porém, é claro que tanto o político quanto o cientista adequarão a observação aos seus interesses.

A “‘evidência empírica’ de que se serve o discurso político é, pois, *construída* com base no senso comum e busca aparentar, por efeitos de argumentação, próprios a este tipo de discurso, uma real partilha de interesses e de pontos de vista entre locutor e interlocutor” (Coracini, 1991, p. 44). O discurso científico, por sua vez, se distingue do discurso político por não se basear no senso comum: muitas vezes contraria a impressão que nos vem pelos nossos sentidos, o que corrobora a idéia de que toda teoria é fruto de construção, de elaboração criativa.

O discurso político se insere em uma situação tensa e conflituosa, já que este se encontra em competição declarada com outros políticos (transparente no texto). No discurso científico, o jogo de interesses se acha, geralmente, velado em nome do saber acadêmico. Porém, no discurso político a tensão aumenta, uma vez que uma situação de conflito resultará na anulação de uma das partes, enquanto no discurso científico uma teoria não invalida necessariamente a outra.

Esses discursos são altamente argumentativos, pois pretendem convencer o interlocutor da validade do que dizem e procedem retórica e lingüisticamente de acordo com esse objetivo. O falante, em alguns tipos de discurso político, ilude seu ouvinte e o grau de envolvimento pessoal do ouvinte é tal que ele pode, graças à força persuasiva e à manipulação psicológica dos argumentos, ser facilmente conduzido à impossibilidade de raciocinar e, portanto, aceitar passivamente as propostas do locutor, que, consciente dessa situação, faz uso dos



instrumentos de dominação ao seu alcance. O mesmo acontece com o discurso científico, porém essa dominação não ocorre em relação ao interlocutor-especialista, mas sim ao grande público, por meio de uma terminologia incompreensível e da sabedoria mítica, que provocam uma reação de inferioridade e de admiração (cf Kerbrat-Orecchioni, (1977) *apud* Coracini, 1991).

No discurso científico, especificamente o de divulgação científica, o enunciador (autor/cientista ou jornalista especializado) vê seu ouvinte como um leitor leigo a cerca do conteúdo científico, mas que tem interesse e, às vezes, curiosidade em fazer novas descobertas. O enunciador, ao desenvolver seu texto, supõe que o leitor o imaginará como alguém detentor do conhecimento relacionado a determinado assunto, e que sua opinião tem caráter relevante, ou seja, o enunciador detem credibilidade perante seu público-alvo.

O caráter igualmente persuasivo do discurso político aproxima-o do discurso científico. No discurso político a imagem que o enunciador faz de seu ouvinte é a de *eleitor desconfiado* e que não se deixa levar mais por simples promessas, embora seja esperançoso. Portanto, o enunciador pensa que seu ouvinte espera que ele, como político, seja diferente, verdadeiro, e que transmita credibilidade.

Essas diferentes credibilidades presentes nos discursos científico e político, e geradas pelas imagens construídas pelos enunciadores, podem evidenciar uma diferença na construção dos enunciados que podem ser *realis* ou *irrealis*, respectivamente, se considerarmos que o discurso científico se assenta



em um passado, que gerou um fato científico comprovado e relatado, e o discurso político é ancorado em um passado de ações, nas quais nem sempre o interlocutor acredita, e em ações planejadas para o futuro, em que o político promete e espera que o ouvinte acredite. Essa diferença de direção de temporalidade pode apontar para diferenças no uso do indicativo e do subjuntivo; e o conhecimento partilhado, ou o interesse sobre determinado assunto, entre enunciador/enunciatário nos tipos de discurso analisados também pode apontar diferenças de uso dos modalizadores. Todas as hipóteses acima levantadas a partir das semelhanças e diferenças dos discursos científico e político serão verificadas na análise dos dados no capítulo seguinte.



## **CAPÍTULO III**

### **O COMPORTAMENTO DO MODO SUBJUNTIVO NO DISCURSO POLÍTICO E CIENTÍFICO**

#### **1. CONSTITUIÇÃO DO CÓRPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

Para o estudo do comportamento do modo subjuntivo e dos modalizadores epistêmicos, deônticos e volitivos, foram analisados discursos persuasivos de caráter político e científico.

Para compor o corpus de discursos políticos selecionamos discursos presidenciais proferidos por Fernando Collor de Mello (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), a saber:

Collor-1 – Discurso de posse do Presidente da República Fernando Collor de Mello pronunciado em 15/03/1990;

Collor-2 – Discurso do Presidente da República Fernando Collor de Mello em comemoração aos dois anos de governo, pronunciado em 13/03/1992;

Collor-3 – Discurso de defesa do Presidente da República Fernando Collor de Mello após denúncias de Pedro Collor de Mello pronunciado em 01/07/1992;



- FHC-1 – Discurso de posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso proferido em 01/01/1995;
- FHC-2 – Discurso do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação proferido em 18/09/2001;
- FHC-3 – Discurso do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na abertura da Conferência Internacional “A Indústria do Início do Século 21” – Ed. Sede da CNI – Brasília/DF proferido em 25/10/2001.
- Lula-1 – Discurso de posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 01/01/2003;
- Lula-2 – Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no Fórum Mundial Econômico em Davos/Suíça em 25/01/2003;
- Lula-3 – Discurso feito pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento do Programa Fome Zero e instalação do CONSEA em 11/09/2003.

Esses discursos, apesar de terem sido produzidos em diferentes momentos históricos, apresentam condições de produção semelhantes. Em todos eles, os enunciadores tratam do futuro do país, abordam sua política de governo e falam de seus objetivos, de suas promessas e de seu envolvimento/comprometimento com as responsabilidades adquiridas com a conquista do poder.

Para compor o corpus de discursos científicos, selecionamos discursos de divulgação científica, voltados para as áreas de humanas, biológicas e exatas (três discursos de cada área). A escolha por esse tipo específico de discurso científico se

deve ao fato de o texto de divulgação objetivar um público leigo, aproximando-se, assim, do discurso político presidencial, que também é dirigido a um público não especializado. Os textos que compõem a amostra foram retirados das revistas *Ciência Hoje* e *Superinteressante*, a saber:

H-1 – Texto extraído da seção de “Linguística” da revista *Ciência Hoje* e que trata sobre a língua portuguesa, de julho de 2001;

H-2 – Texto que trata sobre comportamento e natureza do ser humano, extraído da revista *Superinteressante*, seção “Comportamento”, de março de 2003;

H-3 – Texto inserido na seção de “Cultura” da revista *Superinteressante* e que aborda a situação dos Estados Unidos da América, de outubro de 2003;

B-1 – Texto da revista *Superinteressante*, seção “Capa”, que trata de farmacodependência, de fevereiro de 2003;

B-2 – Texto da seção “Capa” da revista *Superinteressante*, de novembro de 2002, que aborda a questão da saúde e exercícios físicos;

B-3 – Texto que traz como tema o relacionamento com os animais. Reportagem extraída da revista *Superinteressante*, seção “Capa”, de setembro de 2003;

E-1 – Texto da seção “Ciência” extraído da revista *Superinteressante* de julho de 2001, que apresenta reportagem sobre a hipótese da existência de outros universos;

E-2 – Texto que trata do surgimento da teoria da relatividade por meio da observação de eventos cotidianos. Extraído da seção “Ciência” da revista *Superinteressante*, de agosto de 2003;

E-3 – Texto que trata a questão da beleza e elegância das equações matemáticas. Extraído da seção “Ciência” da revista *Superinteressante*, de junho de 2003.

Os textos escolhidos abarcam as três grandes áreas do saber não só para dar maior representatividade à amostra, mas também para possibilitar a verificação do comportamento do modo subjuntivo em cada uma dessas áreas. As revistas *Superinteressante* e *Ciência Hoje* foram escolhidas para compor o corpus em razão da credibilidade que conquistaram ao longo dos vários anos em que estão no mercado.

Para a descrição do comportamento das estruturas subjuntivas, observaremos alguns elementos de ordem sintática, semântica e pragmática que sustentam as hipóteses descritivas e a análise dos dados, a saber:

### *Tipo de discurso*

Esperamos verificar se a diferença no teor desses discursos corresponderá a diferentes manifestações das avaliações do saber, do dever e do querer. Conseqüentemente, pretendemos verificar se essas diferentes manifestações correspondem a usos específicos do subjuntivo. Nossa expectativa é a de que o discurso político favorece o aparecimento das modalidades deôntica (1) e volitiva (2) e o discurso científico, da modalidade epistêmica (3). Como exemplos temos as ocorrências abaixo:

- (1) E **é preciso** que se chegue próximo das situações- limite para que, realmente, a boa nova possa ser aceita como boa e não como camuflagem. (FHC-3)



- (2) Meu maior **desejo** é que a esperança que venceu o medo, no meu país, também contribua para vencê-lo em todo o mundo. Precisamos, urgentemente, nos unir em torno de um pacto mundial pela paz e contra a fome. **(Lula-2)**
- (3) Natureza humana, como todo conceito, pode sofrer alterações, mas **acredito** que uma certa permanência de comportamento humano possa ser confirmada. **(H-2)**

### *Tipo de modalidade do predicado encaixador*

As orações subordinadas aqui analisadas são encaixadas em determinados tipos de predicados, todos eles, de alguma forma, relacionados à atitude do falante. Dos variados tipos de avaliação que podem ser expressas pelo predicado matriz consideramos, nesse trabalho, os valores epistêmicos, deônticos e volitivos, tradicionalmente considerados modais, uma vez que, na coocorrência com o subjuntivo, esses predicados evidenciam o envolvimento do falante com o enunciado que produz. Em princípio, analisamos os seguintes valores:

- encaixadores *epistêmicos*: relacionados ao eixo de saber e do conhecimento, esses predadores indicam o modo como o falante avalia o valor de verdade e/ou a possibilidade de ocorrência da proposição encaixada.



- (4) Os suecos são apenas uns seis milhões, o país é pequeno, e para eles ir ao estrangeiro é como um morador de Belo Horizonte ir a Uberaba ou Muriaé. É **possível** que em um futuro próximo as novas gerações não vejam muito sentido em aprender sueco, e passem a se exprimir em inglês. (H-1)

- encaixadores *deônticos*: relacionados ao eixo do dever, das normas e da conduta, esses predicadores indicam que o falante considera obrigatório, permitido ou facultativo o estado-de-coisas expresso pela oração subjuntiva.

- (5) É necessário, também, uma nova ética. Não basta que os valores do humanismo sejam proclamados, **é preciso** que eles prevaleçam nas relações entre os países e os povos. (Lula-2)

- encaixadores *volitivos*: os predicados volitivos estão relacionados à manifestação de valores que expressam querer, desejo ou vontade por parte do falante.

- (6) **Espero** que não se entenda este ensaio como um exercício de previsão do futuro. Vou apenas aplicar o que se sabe da evolução das línguas, e utilizar esse conhecimento para avaliar as probabilidades futuras. (H-1)

### ***Valor do predicado encaixador***

Neste grupo de fatores, os predicados foram subdivididos de acordo com seus valores. Os encaixadores com valores epistêmicos podem expressar *certeza* e

*incerteza*; os encaixadores deônticos podem expressar *necessidade*, *obrigação*, *ordem* e *proibição* e, por fim, os encaixadores volitivos expressam *desejo/volição*.

Como já se apontou no capítulo teórico, as modalidades deôntica e volitiva manifestam-se sempre na camada da predicação (Dik, 1989). Tendo em vista que a dupla possibilidade de manifestação da modalidade epistêmica corresponde a diferentes graus de comprometimento do falante, consideraremos, na descrição das ocorrências, a indicação da certeza ou da incerteza epistêmica alojada na camada da predicação ou da proposição.

As ocorrências a seguir são exemplos de modalidade epistêmica, da predicação e da proposição, e de modalidade deôntica e volitiva, respectivamente:

- (7) É **certo** que, com a chegada desses fundos setoriais, os recursos destinados à ciência e tecnologia alcançaram o patamar de 1 bilhão e 800 milhões de reais, o dobro do que tínhamos em 1999. (FHC-2)
- (8) Pessoalmente, **desconfio** que os falantes possuem um bom senso inato que os impede de utilizar termos estrangeiros além de um certo limite. (H-1)
- (9) Por outro lado, é absolutamente **necessário** que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. (Lula-1)
- (10) Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. **Desejamos** que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. (Collor-1)



### *Categoria do predicado matriz*

Como já foi dito anteriormente, acreditamos que é a semântica do predicado que determina o uso do subjuntivo, e não a sua natureza categorial. No entanto, em termos descritivos, é interessante verificar o estatuto categorial do predicado matriz e sua correlação com o valor modal da oração encaixada. Consideramos aqui os predicados verbal, nominal e adjetival, exemplificados a seguir:

#### *- predicado verbal;*

- (11) **Sabemos** que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país. No binômio de Juscelino - democracia e desenvolvimento -, querem passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social. (Collor-1)

#### *- predicado nominal;*

- (12) Tenho **a convicção** de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. (FHC-1)

#### *- predicado adjetival*

- (13) Mais do que nunca, **é necessário** que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. (FHC-1)

### ***Factividade do verbo matriz***

De acordo com Neves (2000), os verbos factivos expressam a atitude do falante na situação do discurso. Esses predicados implicam a pressuposição de que a proposição encaixada é verdadeira. Pretende-se verificar, assim, se o carácter factivo dos verbos é relevante para escolha do subjuntivo.

Levando em consideração as afirmações acima, e tendo como modelo a classificação de factividade dos verbos matriz proposta por Dik (1997), estabelecemos o seguinte grupo de fatores relacionado à factividade:

- *verbo factivo*, em que o falante acredita na verdade da proposição encaixada; há um comprometimento por parte do falante com a verdade da proposição. Consideremos como factivos os verbos *saber*, *entender*, *perceber*, *compreender*, *considerar*, *ignorar*, entre outros.

(14) **Sabe-se**, por exemplo, que o uso de antibióticos para tratar infecções durante os primeiros seis meses de vida aumenta a probabilidade de asma e alergias.  
(B-2)

- *verbo contra-factivo*, aponta que o falante considera que a proposição encaixada é falsa. Como exemplo de contra-factivo tomamos os verbos *fingir*, *enganar*.

(15) João **fingiu** que estava doente para chamar a atenção de Maria.

- *verbo não-factivo* em que não há o comprometimento do falante nem com a verdade e nem com a falsidade da proposição encaixada. Caso o falante acredite no conteúdo proposicional, este será considerado verdadeiro. Para exemplificar os verbos não-factivos temos *acreditar, crer, esperar, desejar, permitir, proibir, assumir, afirmar, supor, sugerir, pedir, pensar*.

(16) Aí têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. **Creio** sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. (Collor-1)

### ***Manifestação da negação***

Considerando que há predicados matriz que, se negados, levam à realização de subjuntivo na encaixada, buscaremos analisar a presença da negação na *oração matriz* e na *oração encaixada* com o propósito de verificarmos as relações de escopo e o efeito de sentido decorrente do emprego do modo subjuntivo em orações negativas, ou seja, a relação entre modo subjuntivo e polaridade. Temos como exemplo as ocorrências a seguir:

(17) **Não creio** que isso seja verdade. Basta, por exemplo, lembrar os movimentos de renascimento lingüístico que se verificam em muitas regiões, como a adoção do catalão e do basco como línguas de cultura espanhola (...). (H-1)



- (18) Todos sabem, mesmo os que se opuseram a mim, que **não existe** solução sem uma profunda reforma do Estado. Sem uma mobilização nacional para vencermos os problemas sociais, alcançando a estabilidade econômica. (Collor-3)

### *Modo e tempo na oração encaixada*

Considerando a temporalidade como um fator que contribui para a expressão das várias nuances de certeza e obrigação presentes em um enunciado, analisaremos o modo e o tempo da oração encaixada. Nessa análise, não se pode deixar de considerar que o tempo da oração matriz é sempre o presente, uma vez que esse é o tempo característico da avaliação modal. Para a descrição da oração encaixada, as seguintes possibilidades foram consideradas: indicativo/presente, pretérito (perfeito e imperfeito), e futuro (do presente e do pretérito); subjuntivo/presente e passado. Exemplificamos, abaixo, algumas dessas possibilidades:

#### **Ind-Presente/Ind-Presente**

- (19) **Penso** que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas do cenário mundial. A integração latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar uma realidade tão concreta quanto fecunda. (Collor-1)



## Ind-Presente/Subj-Passado

- (20) Haveria também *chabus* cósmicos – bolhas que desapareceriam em frações de segundos – e é até possível que dois microcosmos em expansão **colidissem**, produzindo um terceiro universo, como propõe o teórico americano Paul Steinhardt, da Universidade Princeton. (E-1)

*Caráter realis/irrealis da oração encaixada*

De acordo com a literatura, o caráter *realis* da oração encaixada se liga ao modo indicativo e o caráter *irrealis* se liga ao modo subjuntivo. Buscamos verificar se, contrariando a expectativa, em português o *irrealis* é tão ou mais freqüente com o modo indicativo do que com o modo subjuntivo. As ocorrências abaixo são exemplos de *irrealis* com o modo indicativo (21), *irrealis* com o modo subjuntivo (22) e de *realis* com o modo indicativo (23):

- (21) Na medida em que desaparecem essas condições objetivas, é claro que o governo **tem** que tomar outras direções. (FHC-3)
- (22) É possível que, dentro de alguns anos, a atividade física **seja** uma questão de estilo de vida. (B-2)
- (23) Tenho certeza de que esse debate **vai** contribuir muito para o esforço que já está em curso, como mencionou há pouco o Ministro Ronaldo Sardenberg, de renovação da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Sabemos que é um passo essencial para a afirmação continuada do nosso país, como um ator de relevo, nesse cenário internacional. (FHC-2)

## 2. ANÁLISE DOS DADOS

Uma das primeiras investigações a que nos dedicamos foi a verificação da influência do conteúdo tratado nos discursos científico e político no aparecimento de avaliações modais de diferentes campos semânticos. Nossa expectativa, já mencionada, era a de que o discurso político favoreceria o aparecimento das modalidades deontica e volitiva e o discurso científico, da modalidade epistêmica.

Os dados da Tabela 1 revelam que, de fato, os modalizadores deonticos e volitivos apresentam uma baixa frequência de uso nos discursos científicos e uma frequência um pouco mais significativa nos discursos políticos, como se previa:

*Tabela 1. Tipo de discurso/Tipo de modalidade do predicado encaixador*

|            | <b>Político</b> | <b>Científico</b> | <b>Total</b> |
|------------|-----------------|-------------------|--------------|
| Epistêmico | 55 (69,7%)      | 68 (94,4%)        | 123 (81,4%)  |
| Deontico   | 18 (22,7%)      | 2 (2,8%)          | 20 (13,3%)   |
| Volitivo   | 6 (7,6%)        | 2 (2,8%)          | 8 (5,3%)     |
| Total      | 79 (100%)       | 72 (100%47,7)     | 151          |

O que se observa é que, nos discursos presidenciais, os enunciadores exercem sua autoridade atribuindo deveres e obrigações às diversas instâncias do poder público, aos empresários, à classe trabalhadora e ao povo de maneira geral. Nesse contexto, os enunciados deonticamente modalizados não expressam uma atitude autoritária dos enunciadores, ainda que, como presidentes da nação, eles falem de uma posição de autoridade. O que se observa são indicações atenuadas de



obrigações postas como se fossem indicações de necessidades imperativas. Quem manda fazer não é o presidente; são as contingências que exigem que se faça:

(24) É **imperativo** que as autoridades públicas busquem o equilíbrio, não prejudiquem, agindo sempre nos limites de suas funções. (Collor-2)

(25) É **necessário** que a comunidade internacional dê sua contribuição para impedir a evasão ilegal de recursos, que buscam refúgios em paraísos fiscais. Maior disciplina nessa área é fundamental para o decisivo combate ao terrorismo e à delinquência internacionais, que se alimentam da lavagem de dinheiro. (Lula-2)

Se a fonte da autoridade é atenuada, o alvo sobre quem recai a obrigação é, no entanto, sempre expresso. Em (24) acima, o alvo são as autoridades; em (25), a comunidade internacional.

Essa manifestação de autoridade, apesar de pouco freqüente (2,8%), também pode ser observada nos discursos científicos. Diferentemente dos discursos políticos, a modalidade deôntica é usada para expressar uma obrigação que incide também sobre o enunciador:

(26) Vou, ainda, admitir que o Brasil não vai ser invadido por alguma potência estrangeira que se dedique ao extermínio sistemático da nossa cultura – afinal, **temos que esperar** que o século 21, que está começando, seja melhor do que o século 20, que já vai tarde. (H-1)

Em relação ao uso dos encaixadores epistêmicos, observa-se uma frequência acentuada nos discursos políticos (69,7%) e quase categórica nos discursos científicos (94,4%), confirmando nossas expectativas de que os valores epistêmicos caracterizariam, de maneira predominante, os discursos científicos. Entretanto, observamos que os enunciadores dos discursos políticos também apóiam suas avaliações no saber, mais do que no dever e, ao fazerem uso das manifestações de saber, demonstram um maior envolvimento com o que é dito. Collor, FHC e Lula tentam passar a imagem de presidentes eficientes, detentores do conhecimento, capazes de identificar os problemas, de demonstrar veracidade nas propostas e, claro, de solucionar os impasses da nação. Essa estratégia argumentativa apoiada no saber é uma forma de angariar confiança e credibilidade.

Já os encaixadores volitivos, como era de se esperar, aparecem com baixa frequência, quase exclusivamente nos discursos políticos. Ainda assim, optamos por incluí-los em nossa análise, uma vez que a indicação de volição constitui espaço privilegiado para o aparecimento do subjuntivo, conforme se verá mais adiante.

Em relação aos valores dos predicados encaixadores, verificamos, na subespecificação dos **valores epistêmicos**, que a certeza é o valor mais frequente nos dois tipos de discurso:

Tabela 2. Valores do predicado epistêmico

|           | Político   | Científico | Total      |
|-----------|------------|------------|------------|
| Certeza   | 46 (83,6%) | 42 (61,8%) | 88 (71,5%) |
| Incerteza | 9 (16,4%)  | 26 (38,2%) | 35 (28,5%) |
| Total     | 55 (100%)  | 68 (100%)  | 123        |

Como se vê na Tabela 2, a incerteza corresponde a apenas 16,4% do total de ocorrências no discurso político. Essa baixa frequência pode ser explicada pela necessidade que os enunciadores têm, na condição de presidentes, de se mostrarem certos e seguros na condução do país. Essa demonstração de segurança é uma forma de o político obter credibilidade e essa, por sua vez, se assenta, especialmente, na confiança que o ouvinte deposita no enunciador.

Ainda com relação à subespecificação dos valores epistêmicos, a análise da Tabela 3 evidencia que o discurso político é marcado pela certeza da proposição, ou seja, pela certeza comprometida, presente em 72,7% das ocorrências:

Tabela 3. Valores do predicado epistêmico na predicação e na proposição

|           |            | Político   | Científico | Total      |
|-----------|------------|------------|------------|------------|
| Certeza   | Predicação | 6 (10,9%)  | 13 (19,1%) | 88 (71,5%) |
|           | Proposição | 40 (72,7%) | 29 (42,7%) |            |
| Incerteza | Predicação | 4 (7,3%)   | 9 (13,2%)  | 35 (28,5%) |
|           | Proposição | 5 (9,1%)   | 17 (25%)   |            |
| Total     |            | 55 (100%)  | 68 (100%)  | 123        |



Exemplifica a indicação de certeza comprometida no discurso político a seguinte ocorrência:

- (27) **Tenho certeza** de que as diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenha um sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo. (Collor-1)

Nos discursos científicos, a certeza da proposição também ocorre com maior frequência, correspondendo a 42,7% dos casos:

- (28) Pretendo aqui trazer uma opinião mais otimista: nossa língua, estou convencido, não está em perigo de desaparecimento, muito menos de mistura. Por outro lado (e não é possível agradar a todos) **acredito** que nossa língua está mudando, e certamente não será a mesma dentro de 20, 100 ou 300 anos. (H-1)

No discurso científico, os casos de incerteza comprometida ocorrem em um número bastante expressivo, correspondendo a 25% do total de predicados modalizadores e indicando um certo envolvimento por parte do falante. Observa-se, nesse sentido, que no contexto do discurso científico, a indicação de incerteza, antes de ser desabonadora para o interlocutor, opera como um índice de credibilidade, já que cabe ao cientista a expressão da verdade, mesmo quando dizer a verdade

significa dizer que não se sabe ou não se tem certeza, como exemplifica a ocorrência abaixo:

(29) Mas se o critério é tão importante para o pensamento científico, como ele se manifesta no dia-a-dia dos pesquisadores? Robert Eskridge, diretor do Instituto de Arte de Chicago, **acha** que sabe a resposta. 'Ciência e arte se sobrepõem naturalmente. Ambas são meios de investigação, envolvem idéias, teorias e hipóteses que são testadas em locais onde a mente e a mão andam juntas: o laboratório e o estúdio'.

A análise das camadas em que se alojam a avaliação epistêmica será retomada mais adiante, quando verificaremos sua relação com o uso do subjuntivo.

Na subespecificação dos **valores deônticos**, observa-se que a indicação de necessidade é a mais freqüente, correspondendo a 55,5% das ocorrências no discurso político e à totalidade das ocorrências no discurso científico:

*Tabela 4. Valores do predicado deôntico*

|             | <b>Político</b> | <b>Científico</b> | <b>Total</b> |
|-------------|-----------------|-------------------|--------------|
| Necessidade | 10 (55,5%)      | 2 (100%)          | 12           |
| Ordem       | 4 (22,3%)       | 0                 | 4            |
| Obrigação  | 2 (11,1%)       | 0                 | 2            |
| Proibição  | 2 (11,1%)       | 0                 | 2            |
| Total       | 18 (100%)       | 2 (100%)          | 20           |

A manifestação desse valor deôntico expressa uma maneira atenuada de ordenar e de mandar. Quando o enunciador diz que algo é necessário é porque alguém tem de fazer e, em certos casos, essa “obrigação” é transferida para o ouvinte.

- (13) Mais do que nunca, é **necessário** que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. (FHC-1)

Valores como *obrigação*, *ordem* e *proibição* expressam de forma mais clara a hierarquia entre presidente e enunciatário (descamisados, classe trabalhadora, políticos, empresários, eleitores de maneira geral). Ou seja, esses valores expressam a autoridade de maneira contundente e, desse modo, são menos usados. Assim é que os valores de obrigação, ordem e proibição somam, juntos, 40% das ocorrências. Os enunciadores dos discursos políticos, embora falem de lugares de autoridade máxima, não podem deixar de passar uma imagem de governantes democratas e, quando se valem de uma ordem, de uma obrigação ou de uma proibição, fazem-na de maneira sutil e atenuada.

Com relação à subespecificação dos **valores volitivos**, verificamos que todas as ocorrências expressam o mesmo valor, ou seja, o desejo do falante. A Tabela 5 apresenta os dados comparativos da frequência de predicados volitivos nos dois tipos de discurso estudados:



Tabela 5. Valores do predicado volitivo

|              | Político   | Científico | Total       |
|--------------|------------|------------|-------------|
| Não volitivo | 73 (92,4%) | 70 (97,2%) | 143 (94,7%) |
| Volitivo     | 6 (7,6%)   | 2 (2,8%)   | 8 (5,3%)    |
| Total        | 79 (100%)  | 72 (100%)  | 151         |

Ainda que a frequência de uso dos volitivos tenha sido baixa (em ambos os discursos, 5,3% do total de ocorrências), observa-se que esses predicados, apesar de serem característicos do discurso político, aparecem também no discurso científico.

As duas únicas ocorrências encontradas expressam a intenção e o desejo do enunciador, assinalando o uso mais comum dos predicados modalizados volitivamente.

Cabe dizer, então, que o uso que se faz dos valores dos predicados volitivos é o mesmo tanto no discurso científico como no discurso político. A diferença está, apenas, na frequência, já que não há muito espaço no discurso científico para a indicação do que se quer ou deseja fazer ou ter, mas apenas do que é possível ou provável fazer ou ter.

(30) Por outro lado, o ser humano tem um grande apego à sua língua: pode ser também (e assim **espero**) que os suecos nunca abandonem sua língua, que os distinguem, como povo, do resto do mundo. (H-1)

Ainda na descrição da oração matriz, analisamos a categoria do predicado matriz. Os dados mostraram que do total de 151 ocorrências do nosso corpus, 94 (62,3%) apresentam um verbo como predicado, ou seja, é a categoria com maior

freqüência de uso. Já os adjetivos e os substantivos aparecem em menor número, com 26,5% e 11,2%, respectivamente.

*Tabela 6. Categoria do predicado matriz*

|              | <b>Político</b>  | <b>Científico</b> | <b>Total</b> |
|--------------|------------------|-------------------|--------------|
| Verbo        | 45 (58,4%)       | 49 (66,2%)        | 94 (62,3%)   |
| Adjetivo     | 17 (20,1%)       | 23 (31,1%)        | 40 (26,5%)   |
| Substantivo  | 15 (19,5%)       | 2 (2,7%)          | 17 (11,2%)   |
| <b>Total</b> | <b>77 (100%)</b> | <b>74 (100%)</b>  | <b>151</b>   |

Embora os predicados verbais sejam igualmente produtivos em ambos os discursos, o uso que se faz desses verbos é diferente em cada tipo de discurso. Observa-se, em relação à pessoa do sujeito, uma nítida diferença entre os discurso político e o discurso científico. Nos discursos políticos, o uso da primeira pessoa do singular aparece com alta freqüência. Esse dado demonstra que há um forte comprometimento do falante com os valores de verdade da proposição, embora esse comprometimento seja expresso em diferentes graus. Além disso, o falante se vale desse meio lingüístico para deixar claro que ele é o detentor do saber, do conhecimento e do poder.

(31) **Sei** que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País. (FHC-1)

Já no discurso científico, o que prevalece é o uso de terceira pessoa do singular. Observa-se que o enunciador (jornalista, em grande parte de nossos discursos), ao utilizar esse recurso, demonstra um menor comprometimento com o que é dito e parece disfarçar seu envolvimento e preservar sua opinião empregando o julgamento do outro.

- (32) Rudolph Giuliani, ex-prefeito de Nova York e um dos mais populares políticos do país, **afirma** que o que está acontecendo agora é uma ‘luta global para erradicar o terrorismo’ e que o resultado dela será, aí sim, uma ‘paz duradoura’, aquela mesma que tinha sido prometida para o fim da Guerra Fria. (H-3)

Os predicados nominais ocorrem, na maioria dos casos, com verbo suporte na primeira pessoa do singular e confirmam, assim, o envolvimento do falante. Esse fato justifica a baixa frequência desse tipo de encaixador no discurso científico, conforme explicitado na Tabela 6 acima. A ocorrência abaixo exemplifica um encaixador nominal com verbo suporte na primeira pessoa utilizado no discurso político:

- (33) **Tenho certeza** de que, no campo da ciência, ainda temos, também, muito a realizar. Mas, modestamente, neste campo, já podemos contabilizar alguns avanços importantes, que nos animam – quem sabe – a poder enfrentar o próximo século com esses desafios maiores a que fiz referência, que são de natureza até civilizatória do que quaisquer outros desafios. (FHC-2)



Na análise das orações encaixadas, identificadas pela gramática tradicional como orações subordinadas substantivas, procuramos verificar a relação entre o uso do subjuntivo na oração encaixada e os valores do predicado encaixador. A busca dessa relação se assenta nas colocações de Galembeck (1992) e Ilari (1997), que afirmam ser o uso do subjuntivo dependente das características lexicais do predicado presente na oração principal. Da mesma forma, Dik (1997) entende que uma construção subordinada é sempre encaixada em um predicador que serve para modalizar (epistêmica, deôntica ou volitivamente) ou abrandar a força asseverativa do seu conteúdo informacional.

Em nossos dados, verificamos que a ocorrência do subjuntivo relacionado aos valores deônticos e volitivos é categórica. Quando o predicado encaixador é epistêmico, o indicativo é o modo preferencial, embora a frequência do subjuntivo seja significativa:

*Tabela 7. Tipo de modalidade/Modo da oração encaixada*

|            | <b>Indicativo</b> | <b>Subjuntivo</b> | <b>Total</b> |
|------------|-------------------|-------------------|--------------|
| Epistêmico | 97 (79%)          | 26 (21%)          | 123          |
| Deôntico   | 0                 | 20 (100%)         | 20           |
| Volitivo   | 0                 | 8 (100%)          | 8            |
| Total      | 98 (65%)          | 53 (35%)          | 151          |

Esse uso categórico do subjuntivo pode ser explicado pelo fato de as modalidades deôntica e volitiva estarem ligadas à futuridade: espera-se que, ao instaurar um dever ou manifestar um desejo, ele seja cumprido em um futuro,

próximo ou não. É esse traço que seleciona o modo subjuntivo nas orações encaixadas, pois este também expressa uma ação que ainda não foi realizada.

(34) Com isso, a democracia está se fortalecendo, se fortalecendo a cada dia: **é preciso** que o cidadão **se dê** conta disso e que participe conscientemente do processo político. (Collor-2)

(27) O Brasil **deseja** sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos **tenha** um sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo. (Collor-1)

Esse traço do subjuntivo pôde ser constatado pela análise do caráter *realis/irrealis* da oração encaixada. Os resultados não contrariaram as expectativas e pudemos observar que o caráter *realis* se liga ao modo indicativo em 100% dos casos (89 ocorrências). Desse número total, 42 ocorrências (47%) ocorrem nos discursos políticos e 47 (53%) nos discursos científicos. Já o caráter *irrealis*, como se pode ver na Tabela 8, abaixo, se liga, na maioria dos casos, ao subjuntivo (85,5%) e, em poucos casos, ao indicativo (14,5%):



Tabela 8. Caráter *irrealis* da oração encaixada/Modo da oração encaixada

|            |            | Irrealis | Total      |
|------------|------------|----------|------------|
| Subjuntivo | Político   | 30 (57%) | 53 (85,5%) |
|            | Científico | 23 (43%) |            |
| Indicativo | Político   | 7 (78%)  | 9 (14,5%)  |
|            | Científico | 2 (22%)  |            |
| Total      | Político   | 37 (60%) | 62         |
|            | Científico | 25 (40%) |            |

Das 53 ocorrências de *irrealis*-subjuntivo, 57% encontram-se nos discursos políticos e 43% nos discursos científicos. As nove ocorrências de *irrealis* ligadas ao indicativo estão presentes, em sua maioria, nos discursos políticos. Apenas dois casos foram levantados nos discursos científicos.

É preciso ressaltar também que, nesses poucos casos de *irrealis*-indicativo, o tempo verbal utilizado expressa uma ação a ser realizada no futuro:

(23) Tenho certeza de que esse debate **vai** contribuir muito para o esforço que já está em curso, como mencionou há pouco o Ministro Ronaldo Sardenberg, de renovação da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Sabemos que é um passo essencial para a afirmação continuada do nosso país, como um ator de relevo, nesse cenário internacional. (FHC-2)

Essa diferença na construção dos enunciados em *realis* e *irrealis* pode ser justificada pelo fato de o discurso científico estar sempre ligado a um passado, que gerou o fato que é descrito e comprovado pelo enunciador. Dessa forma, é comum



nesses discursos o uso dos tempos presente e pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, característicos da *realis*:

- (35) Poucos sabem sequer que ele **escreveu** sobre esse assunto, sendo mais conhecido por um romance político genial – O Zero e o Infinito (Darkness at Noon, ou Escuridão ao Meio Dia, no original inglês). (E-1)

Já o discurso político está apoiado em ações passadas, mas que apontam para o futuro, e em ações futuras ditas na forma de promessas nas quais o enunciador espera que seu ouvinte acredite (os tempos verbais que marcam o caráter *irrealis* são o futuro e o presente do subjuntivo e o futuro e o presente do indicativo - quando expressam futuridade):

- (36) Exatamente porque a Universidade não está mofada e nem está disposta a virar mercadoria; exatamente porque os empresários também sabem dar valor ao que se produz na Universidade e não vão confundir a cooperação científica como se fosse, simplesmente, uma agregação de valor, não no sentido do valor científico, mas do valor meramente material, mas sabem que existe mais do que isso; é possível que **se aposte**, como estamos apostando, hoje, nesta fusão maior entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento tecnológico. (FHC-2)

Considerando que a diferença de direção de temporalidade pode determinar o uso do modo subjuntivo ou do modo indicativo e pode, também, expressar diferentes nuances de certeza e obrigação, observa-se que, nas 98 orações

encaixadas indicativas, o tempo presente é o mais freqüente, correspondendo a 49,7% das ocorrências, embora, os tempos do pretérito imperfeito e perfeito e futuro do pretérito e futuro do presente também tenham ocorrido, somando juntos 15,3%. O modo subjuntivo, presente em 53 orações, também é marcado pelo tempo presente na quase totalidade dos casos (96,2%), e por apenas duas ocorrências no pretérito do subjuntivo. As ocorrências abaixo exemplificam, respectivamente, orações encaixadas no presente do indicativo, no presente do subjuntivo e no pretérito do subjuntivo:

(37) Pinker, ao contrário, sugere que nossa natureza **está** em grande parte contida no material genético. (H-2)

(38) A paz não é só um objetivo moral. É, também, um imperativo de racionalidade. Por isso, defendemos que as controvérsias **sejam** solucionadas por vias pacíficas e sob a égide das Nações Unidas. (Lula-2)

(20) Haveria também chabus cósmicos – bolhas que desapareceriam em frações de segundos – e é até possível que dois microcosmos em expansão **colidissem**, produzindo um terceiro universo, como propõe o teórico americano Paul Steinhardt, da Universidade Princeton. (E-1)

A ocorrência (20), acima, é um exemplo de duplo descomprometimento do falante, que atenua o valor de verdade pelo uso do encaixador de incerteza na matriz e pelo uso do pretérito do subjuntivo na encaixada.

De acordo com Mateus et al. (1983) e Rocha (1997), a negação pode interferir na escolha do modo da oração encaixada. Pelos resultados obtidos, embora o número de ocorrências encontradas seja pouco significativo, observa-se que a presença da negação na oração matriz pode favorecer o uso do subjuntivo na oração encaixada, correspondendo a 83,3% das ocorrências.

*Tabela 9. Presença de negação/Modo da oração encaixada*

| Negação   | Indicativo | Subjuntivo | Total |
|-----------|------------|------------|-------|
| Matriz    | 01 (16,6%) | 05 (83,3%) | 06    |
| Encaixada | 09 (60%)   | 06 (40%)   | 15    |
| Total     | 10         | 11         | 21    |

Observa-se que a presença da negação se soma ao uso do modalizador na construção de uma estratégia de descomprometimento do falante, que tenta atenuar seu envolvimento com a verdade da proposição:

- (17) **Não** creio que isso **seja** verdade. Basta, por exemplo, lembrar os movimentos de renascimento lingüístico que se verificam em muitas regiões, com a adoção do catalão e do basco com línguas de cultura espanhola. (H-1)

Com relação aos encaixadores de valor epistêmicos (Tabela 10), a análise dos dados demonstra, como esperado, que se a oração principal apresentar um predicado de certeza, a oração subordinada será construída preferencialmente no indicativo, como em 88,6% dos casos. Contrariamente ao esperado, quando o encaixador matriz



expressa valores de incerteza, há um uso equilibrado de indicativo e subjuntivo na oração encaixada, com discreta preferência pelo indicativo (54,2% dos casos):

*Tabela 10. Valores do predicado epistêmico/Modo da oração encaixada*

|           | Indicativo | Subjuntivo | Total |
|-----------|------------|------------|-------|
| Certeza   | 78 (88,6%) | 10 (11,4%) | 88    |
| Incerteza | 19 (54,2%) | 16 (45,8%) | 35    |
| Total     | 97 (78,9)  | 26 (21,1%) | 123   |

Uma análise mais acurada desses dados mostra uma interessante relação entre a camada da oração em que se aloja a modalidade epistêmica do predador e o uso do subjuntivo:

*Tabela 11. Camada do predicado epistêmico/Modo da oração encaixada*

|           |            | Indicativo | Subjuntivo | Total     |
|-----------|------------|------------|------------|-----------|
| Certeza   | Predicação | 15 (79%)   | 4 (21%)    | 19 (100%) |
|           | Proposição | 63 (91,3%) | 6 (8,7%)   | 69 (100%) |
| Incerteza | Predicação | 2 (15,4%)  | 11 (84,6%) | 13 (100%) |
|           | Proposição | 17 (77,3%) | 5 (22,7%)  | 22 (100%) |
| Total     |            | 97 (78,9)  | 26 (21,1%) | 123       |

Observa-se, nesses dados, que quando o predicado encaixador expressa **certeza**, o modo preferencial da oração encaixada é o indicativo, independentemente do grau de comprometimento do falante: tanto a certeza expressa no nível da predicação como a certeza expressa no nível da proposição coocorrem com o

indicativo. No entanto, quando o predicado encaixador expressa **incerteza**, é o grau de comprometimento do falante que determina o uso do subjuntivo. Assim, se o comprometimento do falante já está indicado pelo predicado modalizador, que se aloja na proposição, o modo da encaixada é preferencialmente o indicativo (77,3% das ocorrências); se a incerteza é expressa sem o comprometimento do falante, na camada da predicação, o modo preferencial da oração encaixada é o subjuntivo (84,6% das ocorrências). Exemplificam essas combinações as seguintes ocorrências:

(39) Exatamente porque a Universidade não está mofada e nem está disposta a virar mercadoria; exatamente porque os empresários também sabem dar valor ao que se produz na Universidade e não vão confundir a cooperação científica como se fosse, simplesmente, uma agregação de valor, não no sentido do valor científico, mas do valor meramente material, mas sabem que existe mais do que isso; **é possível** que se **aposte**, com estamos apostando hoje, nesta fusão maior entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento tecnológico. (FHC-2) - incerteza da predicação + subjuntivo

(40) Por isso, **penso** que **é** hora de, uma vez mais, alertar a nação para as falsidades que se repetem e se acumulam, como capítulos de uma novela de mentiras absurdas, cujo enredo não é obra do acaso, mas tem raízes em conhecidas atitudes revanchistas. (Collor-3) - incerteza da proposição + indicativo

Esse raciocínio pode ser confirmado pela análise da relação entre a factividade do predicado encaixador e o modo da oração encaixada. Conforme já assinalado nas

páginas iniciais deste capítulo, os verbos factivos indicam que o falante acredita na verdade da proposição encaixada e expressam, portanto, o seu comprometimento. As 30 ocorrências de predicados verbais factivos encontradas no corpus correspondem a predicados de certeza alojados na proposição, 27 dos quais encaixando orações no indicativo.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos analisar as funções comunicativas das orações subjuntivas em um contexto específico, o das orações encaixadas em predicadores modais com valores epistêmico, deôntico e volitivo, presentes em dois tipos de texto: discursos políticos proferidos por presidenciais (Collor, FHC e Lula) e discursos científicos extraídos de revistas de divulgação científica (*Superinteressante* e *Ciências Hoje*). Para tanto, optamos pela abordagem funcional da linguagem, que nos permite analisar de maneira integrada as funções pragmáticas, semânticas e sintáticas das modalidades.

Para a análise dos discursos selecionados, consideramos suas condições de produção segundo o modelo de interação verbal de Dik (1989), assumindo que em ambos os discursos os enunciadores desejam efetuar algum tipo de modificação na informação pragmática do seu respectivo público-alvo.

No início do trabalho, nossa avaliação era a de que o discurso científico favoreceria o uso da modalidade epistêmica e o discurso político, por sua vez, favoreceria a modalidade deôntica e a volitiva. Os dados revelaram que essa expectativa estava correta. Os modalizadores deônticos têm uma frequência de uso maior nos discursos políticos e, dentro da subespecificação desses valores, a

necessidade é a mais usada e expressa uma forma atenuada e sutil de mandar e ordenar. Os modalizadores volitivos, apesar da baixa frequência, também aparecem quase exclusivamente nos discursos políticos, expressando seu uso mais comum, que é o desejo do enuncizador. Já os modalizadores epistêmicos, embora apresentem uma frequência de uso acentuada nos discursos políticos, ocorrem em maior frequência nos discursos científicos, correspondendo à quase totalidade dos modalizadores epistêmicos.

Na busca de elementos que pudessem explicar a relação entre o uso do subjuntivo na oração encaixada e o predicado modalizador da oração matriz, observamos que a categoria do predicado matriz mais freqüente é a verbal, tanto no discurso científico como no discurso político. No entanto, ao observar a pessoa do sujeito da oração matriz, verificou-se que o uso que se faz desses predicados é específico em cada tipo de discurso, sendo o responsável por graus diferentes de (des)comprometimento do falante.

Na análise da relação entre o uso do modo subjuntivo na oração encaixada e os valores do predicado encaixador, efetuamos uma descrição dos contextos que favorecem a utilização do modo subjuntivo, contrastando-os com as ocorrências de orações encaixadas no indicativo. Nossas análises mostram que, de acordo com Galembeck (1992) e Ilari (1997), as características lexicais dos encaixadores são responsáveis pelo uso do modo subjuntivo: predadores com valor deôntico e volitivo determinam o subjuntivo, enquanto predadores com valor epistêmico podem coocorrer com subjuntivo e com indicativo.



O uso categórico do subjuntivo com valores deônticos e volitivos é facilmente justificado, uma vez que essas modalidades estão necessariamente ligadas à futuridade; a instauração de deveres ou a manifestação de desejos implica ações que ainda não foram realizadas.

Para explicar o uso do subjuntivo com predicadores epistêmicos, recorreremos à subespecificação desses valores, somada à análise do caráter *realis/irrealis* da oração encaixada e à factividade do encaixador.

Conforme pudemos observar, se o predicado encaixador expressa certeza, tanto na predicação quanto na proposição, o modo da oração encaixada é o indicativo. Quando o predicador expressa incerteza, o modo subjuntivo, por sua vez, é determinado pelo grau de comprometimento do falante, sendo muito mais freqüente nos casos em que a incerteza se aloja na predicação. Esse resultado indica que o uso do subjuntivo está atrelado à função de (des)comprometimento do falante, numa combinatória binária bastante interessante: menos comprometimento na predicação e no subjuntivo, mais comprometimento na proposição e no indicativo.

Com relação ao caráter *realis/irrealis* da oração, detectamos que a categoria *realis* se liga categoricamente ao modo indicativo e a *irrealis*, na maioria dos casos, ao modo subjuntivo. Os poucos casos encontrados de *irrelais*-indicativo se justificam pelo fato de o verbo expressar uma ação futura.

Quanto à manifestação da negação, observamos que, quando há a presença da negação na oração matriz, o uso do modo subjuntivo é favorecido na oração



encaixada, e o enunciador se descompromete, tentando minimizar seu envolvimento em relação ao valor de verdade da proposição enunciada por ele.

Pelo exposto, pudemos constatar a operacionalidade de vários fatores para a descrição do uso do subjuntivo em orações substantivas em português. Tendo em vista que alguns desses fatores podem coocorrer na determinação do subjuntivo, consideramos como principais para essa determinação os seguintes fatores:

- o valor semântico do encaixador;
- o grau de comprometimento do falante nas orações subjuntivas modalizadas epistemicamente;
- o caráter *realis* ou *irrealis* da oração encaixada e a factividade do encaixador.

Esperamos ter demonstrado em nossas análises que esses elementos, somados às características específicas das situações de interação representadas pelos discursos científicos e políticos, têm atuação determinante para o uso do subjuntivo.

Cientes de que o estudo da linguagem leva-nos a descobertas surpreendentes, e também a certas ciladas ardilosas, esperamos que as reflexões feitas, ainda que preliminares, possam contribuir para o entendimento da complexa relação entre modo e modalidade.



## REFERÊNCIAS

### 1. REFERÊNCIAS UTILIZADAS

BEACCO, J. C.; MOIRAND, S. Autour des discours de transmission de connaissances. *Langages*, 117, Paris, Larousse, 1995, p. 32-35.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucena, 1999.

BUENO, W, da C. *Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. São Paulo, USP/ECA, Tese de Doutorado, mimeo.

BROWN, K. Describing modality in English. In: BOWERS, R., BRUMFIT, C. (eds.), *Applied linguistics and English language teaching*. London and Basingstoke (Macmillan), 1991.

CHONDROGIANNI, M. The subjunctive in Modern Greek: a Functional Grammar perspective. In: BUTLER, C. S.; CONNOLLY, J. H.; GATWARD, R. A.; VISMANS, R. L. (Eds.) *A Fund of Ideas: Recent Developments in Functional Grammar*. Studies in Language and Language use, 1997, p. 24-41.

COATES, J. *The Semantics of the Modals Auxiliares*. London and Canberra: Croom Helm), 1983.

CORACINI, M. J. O resumo do texto científico. *IX Anais do Gel*, p. 52-56, 1984.

\_\_\_\_\_. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995, 146f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Pt. I: The Structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publication, 1989.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Functional Grammar*. Pt. II: Complex and Derived Constructions. New York: Mouton, 1997.

DUCROT, O. *O dizer e o dito. Polifonia da enunciação*. Barcelona, Paidós, 1986.

FANTINATI, C. E. Sobre o Discurso Político. *Alfa*, São Paulo, 34, 1990, p. 1-10.

FEYERABEND, P. Consolando o especialista. In: \_ LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix/Edusp, p. 244-284, 1979.

FIORIN, J. L. *O Regime de 1964 – Discurso e Ideologia*. Atual Editora, 1988.

GALEMBECK, R. O emprego do subjuntivo e de formas alternativas na fala culta. In: PRETTI, D. (org.) *Estudos de língua falada: variações e confronto*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 209-234.

GIVÓN, T. Tense-Aspect-Modal Categories in Subordinate Clauses. In: \_ *Syntax*, v 1, 1984, p. 314-320.

\_\_\_\_\_. Irrealis and the Subjunctive + the Cross-Language Distribution of the Subjunctive Mood and the Cross-Grammar Disattribution of the Irrealis Modality. *Studies in Language*, v. 18, p. 265-337, 1994.

GIVÓN, T. Modal Prototypes of Truth and Action. In: \_ *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia, 1995, p. 111-165.





GONÇALVES, S. C. L. Orações subjetivas e teoria dos protótipos. *Scripta*, v.5, n 9, p. 183-196, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. Functional Diversity in Language as Seen from a Consideration of Modality and Mood in English. *Foundations of Language*, v. 6, p. P. 322-361, 1970.

\_\_\_\_\_. *An Introduction to Functional Grammar*. 2nd ed. London, Melbourn, Edward Arnould, 1994.

HARSH, W. *The subjunctive in English*. Alabama: University Of Texas Press, 1968.

HENGEVELD, K. Illocution, Mood and Modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, v. 6, p. 227-269, 1988.

\_\_\_\_\_. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, 25.1, 1989, p. 127-157.

\_\_\_\_\_. *The Architecture of a Functional Discourse Grammar*. University of Amsterdam, Amsterdam, 2000.

HERNANDO, M. C. *Teoria e Técnica do jornalismo científico*. São Paulo, USP/ECA/Depto de jornalismo e Editoração, 1970.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto.EDUC. 1997.

KLINGE, A. The impact of context meaningin English and Danish. In: *Nordic Journal of Linguistics*, v. 9, 1996.

LOZANO, A. Cognitive development, deontic and epistemic subjunctives. *Hispanic Linguistics*, v. 6, 1995, p.93-115.

LUNN, P. V. The Evaluative Function of the Spanish Subjunctive. In: BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1995, 7v, p. 429-449.



T. 1364/05



\_\_\_\_\_. Spanish Mood and the Prototype of Assetability. *Linguistics*, 27, 1989, p. 687-702.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MOYA-CORRAL, J. A. Valor modal del llamado subjuntivo concesivo polémico. *Lea*, 1996, p. 161-174.

NEVES, M. H. M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa* (São Paulo), v. 38: O funcionalismo em lingüística. 1994, p. 109-128.

\_\_\_\_\_. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. 3, p. 97-127, 2000.

\_\_\_\_\_. Gramática de usos do português. São Paulo, Editora UNESP, 2000(a).

NEWMAYER, F. J. The Form-Function Problem in Linguistics. In: *Language Form and Language Function*. MIT Press, 1998, p. 7-21.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979. 200p.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução por Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1993 (Coleção Repertórios).

PIMPÃO, T. S. O escopo da negação e o modo subjuntivo. *Estudos Lingüísticos*, 47, 2000, p. 719-724.

QUIRK, R. et al. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. 7. ed. London: Longman, 1985.



SANTOS, S. A. S. O uso dos subjuntivos nas orações subjuntivas. *Estudos Lingüísticos* 46, 1999, p. 647-652.

SIEWIERSKA, A. *Functional Grammar*. London: Routledge, 1991.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual Conditions for the Interpretation of “poder” and “deber” in Spanish. In: BYBEE, J. L.; FLEISHMAN, S. (eds.). *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam, John Benjamins, 1995, p. 66-105.

SILVEIRA, R. C. P. Usos argumentativos e a organização textual do discurso científico da pesquisa. *Estudos Lingüísticos*, 28, 1999, p.695-700.

STEIN, D. *The expression of deontic and epistemic modality and the subjunctive*, Berlin: Mouton de Gruyter, 403-411, 1994.

SUÑER, M.; PADILLA-RIVERA, J. Sequence of Tenses and the Subjunctive, again + Spanish. *Hispania-A Journal Devoted to the Teaching of Spanish and Portuguese*, v 70,3, p. 634-642, 1987.

TRAUGOTT, E. C. *The history of English syntax*. New York: Holt, Reinhart & Winston, 1972.

VILLALTA, E. Subjunctive Mood in Spanish Embedded Clauses. *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics*, v 23, p. 285-307, 2000.

ZAMBONI, L. M. S. *Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica*. 1997. 200f. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade de Campinas, Campinas.





## 2. TEXTOS DO CORPUS ANALISADOS

### Discursos Científicos

BURGIERMAN, D. R. O que aconteceu com os estados Unidos?, em *Superinteressante*, Cultura, p. 74-84, 2003.

DIEGUEZ, F. Pura elegância, em *Superinteressante*, Ciência, p. 50-55, 2003.

\_\_\_\_\_. Muito além do Big Bang, em *Superinteressante*, Ciência, p. 55-61, 2001.

KENSKI, R. Demita seu médico, em *Superinteressante*, Capa, p. 42-50, 2002.

MATSUURA, O. T. Nem tudo é relativo, em *Superinteressante*, Ciência, p. 76-80, 2003.

MORAIS, J. Viciados em remédio, em *Superinteressante*, Capa, p. 42-49, 2003.

PERINI, M. A. A língua do Brasil amanhã, em *Ciência Hoje*, vol. 29, no 173, p. 30-35, 2001.

TEIXEIRA, J. Natureza Humana, em em *Superinteressante*, Comportamento, p. 64-68, 2003.

VERGARA, R. Entre o céu e o inferno, em *Superinteressante*, Capa, p. 50-59, 2003.



## Discursos Políticos

CARDOSO, F. H. Discurso de posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/internacional/index.asp>>. Acesso em 15 jun 2004.

CARDOSO, F. H. Discurso do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/internacional/index.asp>>. Acesso em 15 jun 2004.

CARDOSO, F. H. Discurso do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na abertura da Conferência Internacional "A Indústria do Início do Século 21" – Ed. Sede da CNI – Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/internacional/index.asp>>. Acesso em 15 jun 2004.

MELLO, F. C. Discurso de posse do Presidente da República Fernando Collor de Mello. Disponível em: <<http://collor.com/disdurpre.asp>>. Acesso em 16 jun 2004.

MELLO, F. C. Discurso do Presidente da República Fernando Collor de Mello na Reunião Ministerial Alusiva ao Segundo Ano de Governo. Disponível em: <<http://collor.com/disdurpre.asp>>. Acesso em 16 jun 2004.

MELLO, F. C. Discurso de defesa feito pelo Presidente da República Fernando Collor de Mello após denúncias de Pedro Collor de Mello. Disponível em: <<http://collor.com/disdurpre.asp>>. Acesso em 16 jun 2004.

SILVA, L. I. L. Discurso de posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/integras/listint.htm>>. Acesso em 14 jun 2004.

SILVA, L. I. L. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/integras/listint.htm>>. Acesso em 14 jun 2004.

SILVA, L. I. L. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento institucional do Programa Fome Zero e instalação do CONSEA. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/integras/listint.htm>>. Acesso em 14 jun 2004.

Autorizo a reprodução deste trabalho

São José do Rio Preto, outubro de 2004

LISÂNGELA APARECIDA GUIRALDELLI





